



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### ATA N.º 6/2023

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2023, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pela Presidente da União de Freguesias Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, Ana Sofia Santos Ramos Pereira (em substituição do Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho) e pela Segunda Secretária, Celeste Nunes Rodrigues), com a seguinte ordem de trabalhos:

#### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. **Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.**
2. **Aprovação das atas:**
  - 2.1. **Ata n.º. 8/2022 referente à sessão de 30 setembro.**
  - 2.2. **Ata n.º. 9/2022, referente à sessão de 3 de novembro.**
  - 2.3. **Ata n.º. 10/2022, referente à sessão de 21 de dezembro.**
  - 2.4. **Ata n.º. 11/2022, referente à sessão de 22 de dezembro.**
  - 2.5. **Ata n.º. 01/2023, referente à sessão de 28 de fevereiro.**
  - 2.6. **Ata n.º. 02/2023, referente à sessão de 20 de março.**
  - 2.7. **Ata n.º. 03/2023, referente à sessão de 23 de março.**
  - 2.8. **Ata n.º. 4/2023, referente à sessão de 25 de abril.**
3. **Intervenções.**

#### II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto 1** - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

**Ponto 2** – Discussão e votação das propostas de “**Generg Hibridização, S.A. Desenvolvimento e Construção da Central Fotovoltaica do Ingarnal Hibridização do Parque Eólico da Gardunha. Declaração de Interesse Publico**”. (Proposta n.º. 47/2023)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Ponto 3** - Discussão e votação das propostas de "**Contrato Interadministrativo. Junta de Freguesia de S. Vicente da Beira. Construção de bunker para instalação do ATM em S. Vicente da Beira**". (Proposta nº. 48/2023)
- Ponto 4** – Discussão e votação da proposta "**Aquisição Onerosa de Imóveis. Artigo Urbano 884. Aprovação de Alteração da Minuta de Contrato de Compra e Venda**". (Proposta nº. 49/2023)
- Ponto 5** - Discussão e votação da proposta "**Projeto de Regulamento da Atividade da Proteção Civil Municipal de Castelo Branco. Justificação de Dispensa de Submissão a Consulta Pública e Aprovação do Projeto de Regulamento**". (Proposta nº. 50/2023)
- Ponto 6** - Discussão e votação da proposta "**Central Solar Fotovoltaica do Revelho. Efokus Energy Services, L.da. Declaração de Interesse Público**". (Proposta nº. 51/2023)
- Ponto 7** - Discussão e votação da proposta "**Contas Consolidadas do Grupo Municipal do Ano de 2022**". (Proposta nº. 52/2023)
- Ponto 8** - Discussão e votação da proposta "**2.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2023**". (Proposta nº. 53/2023)
- Ponto 9** - Discussão e votação da proposta "**Uniões e Juntas de Freguesia. Transferência de Recursos Financeiros (Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril de 2023)**". (Proposta nº. 54/2023)
- Ponto 10** - Discussão e votação da proposta "**Constituição do Conselho Municipal de Educação (Artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro)**". (Proposta nº. 55/2023)
- Ponto 11** – Apresentação e discussão do Relatório da Visita à Comissão Europeia - BELC.

### III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **MEMBROS PRESENTES À SESSÃO**

Jorge Manuel Viera Neves, Catarina Isabel Ramos Proença (em substituição de António Augusto Cabral Marques Fernandes), Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carla Sofia Massano Lopes Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, João Miguel Pereira,(em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Joaquim Abrantes (em substituição de Christelle Varanda Domingos), Ana Cristina Marques Lourenço, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho), Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelino Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, Silvia Resende (em substituição de José Dias dos Santos Pires), José António Afonso Dâmaso, Pedro João Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino, Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

### **MEMBROS AUSENTES À SESSÃO**

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Christelle Varanda Domingos, Carlos Simão Martins Mingacho, José Dias dos Santos Pires.

### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA**

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Christelle Varanda Domingos, Carlos Simão Martins Mingacho, José Dias dos Santos Pires.

### **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **4. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Damos início à sessão da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento, em vigor e com a Lei nº. 75/2013.

Para além do edital/convocatória, houve a publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no Jornal Reconquista e Gazeta do Interior.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal os Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal, caras Deputadas e Deputados Municipais, Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho, Munícipes aqui presentes e remotamente, através das redes sociais, dirigentes e funcionários municipais e comunicação social.

Em nome da Mesa, apresento a todos uma saudação com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

Temos então presentes 40 Deputados Municipais:

18 do GM do PS, 15 do GM do Sempre Movimento Independente, 4 do GM do PSD/CDS/PPM, 2 do GM do CHEGA e 1 GM do MPT.

### **1. Aprovação das atas:**

#### **1.1. Ata nº. 8/2022 referente à sessão de 30 setembro.**

Aprovada, por unanimidade.

#### **1.2. Ata nº. 9/2022, referente à sessão de 3 de novembro.**

Aprovada, por unanimidade.

#### **1.3. Ata nº. 10/2022, referente à sessão de 21 de dezembro.**

Aprovada, por unanimidade.

#### **1.4. Ata nº. 11/2022, referente à sessão de 22 de dezembro.**

Aprovada, maioria, com 1 abstenção do GM PSD/CDS/PPM

#### **1.5. Ata nº. 01/2023, referente à sessão de 28 de fevereiro.**

Aprovada, por unanimidade.

#### **1.6. Ata nº. 02/2023, referente à sessão de 20 de março.**

Aprovada, por unanimidade.

#### **1.7. Ata nº. 03/2023, referente à sessão de 23 de março.**

Aprovada, por unanimidade.

#### **1.8. Ata nº. 4/2023, referente à sessão de 25 de abril.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aprovada, por unanimidade.

### 2. Intervenções.

**Ernesto Candeias Martins (MPT) – Primeiro, Política de Habitação. Estratégia Local de Habitação (ELH) em Castelo Branco.** Senhor Presidente já tem um diagnóstico real e de identificação das principais carências habitacionais do nosso Concelho, tendo em conta, a existência **Estratégia Local de Habitação (ELH)**, enquadrada no Programa Habitação + Governo e de vários outros programas preconizados, nomeadamente, o “Programa de Acesso à Habitação”, nos termos do artigo 30º, do Decreto-Lei nº 37/2018, de 04/junho. Há ou não orientações estratégicas locais, ao nível da habitação no concelho, articuladas Plano Diretor Municipal de Castelo Branco e demais instrumentos de gestão territorial, que reflitam as principais diretrizes da política de habitação do Município para os próximos anos? Ora a Estratégia Local de Habitação em Castelo Branco não pode estar dissociada daquilo que é a visão do Governo e da autarquia, tendo em conta o financiamento do PRR e de outros fundos europeus. Mas quais são os princípios orientadores desse Plano de Estratégia? Tem um diagnóstico real de caracterização e soluções sectoriais para implementar, especialmente na integração social, cooperação com atores e entidades relevantes e os incentivos ao arrendamento (apoios)?

Queremos saber, entre esses princípios orientadores se há forte convicção do Município em resolver, de forma célere e cabal, as situações graves e prementes, no âmbito da habitação, contribuindo para um Concelho mais solidário e inclusivo, onde todos, sem exceção, possam gozar das melhores condições habitacionais: cálculo diagnóstico sobre o parque habitacional degradado na idade e freguesias. É urgente erradicar as situações habitacionais indignas, dando sempre prioridade às famílias desfavoráveis ou vulneráveis, nomeadamente as crianças, jovens, idosos, as pessoas com deficiência, famílias de imigrantes e as vítimas de violência doméstica e os habitantes de bairros degradados. Ao nível da habitação social existente (qual extensão que abrange?) devem ser inequivocamente objetivos fulcrais em melhorar a habitabilidade nos bairros sociais, património do Município, nomeadamente ao nível das infraestruturas, eficiência energética e conforto das habitações, etc. Ou sejam prevê aumento do peso da habitação, com apoios públicos, quer pelo aumento do número de habitações sociais, propriedade do Município, quer pelo financiamento público, direto às famílias e aos jovens? Preconizamos a reabilitação da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

habitação no território, melhorando as condições habitabilidade, ao nível da segurança, salubridade, conforto, eficiência energética e acessibilidades. Esta priorização pode investir a desertificação, não só centro histórico da cidade, bem como dos bairros periféricos e, de forma mais ambiciosa, dos próprios centros das aldeias do Concelho, promovendo de forma indelével, a coesão territorial do nosso Município. Está previsto a regeneração de áreas de reabilitação urbana e outras integradas para as comunidades desfavorecidas a custos controlados?

**Segundo, Plano Municipal para a Integração de Migrantes para concelho.** O concelho de Castelo Branco tem observado um crescimento no número de migrantes com as suas famílias e/ou aumento gradual e progressivo da população estrangeira. Todo este movimento de migração crescente no território municipal apresenta novos desafios, especificamente no que concerne à situação socioeconómica das famílias, à barreira linguística, situação habitacional e a sua participação na comunidade local e habitacional. Há algum projeto com medidas (objetivos) para melhorar e aumentar as medidas de acolhimento e integração de migrantes nacionais de países terceiros e Palops, de forma concertada, participada e estruturada, visando a coesão social e o desenvolvimento socioeconómico? Todas as respostas devem ser promotoras da inclusão, com base nos princípios da interculturalidade e intervenção sociocomunitária, privilegiando a capacitação pessoal, sociocultural e profissional, assente numa lógica de trabalho em rede. Há pretensão em construir plano estratégico e integrador que permita mobilizar, capacitar e envolver a população migrante e a comunidade de acolhimento para a concretização de um processo de integração e fixação eficaz e ajustado?

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes assenta na participação ativa de toda a comunidade, para acolher os migrantes e população estrangeira, numa perspetiva de diferenciação como enriquecimento cultural, social e económico e, simultaneamente, integrar e dar continuidade a projetos a implementar no território municipal. A intenção é o de produzir um instrumento transversal de orientação e concertação entre diversos atores locais – públicos e privados – com atuação na área da integração de migrantes, melhorando o modelo de governança multinível, promovendo a cooperação a nível concelhio e a convergência a nível nacional, de modo a alavancar o desenvolvimento territorial.

**Terceiro, Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e de Emergência de Proteção Civil.** Senhor Presidente, as mudanças climáticas atuais são a maior



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ameaça ambiental para o nosso território, com consequências profundas e transversais em várias áreas (económica, social e ambiental), pelo que o Município de Castelo Branco deve assumir um compromisso político para com a proteção das gerações vindouras e salvaguarda do património dos seus territórios. Há a pretensão de iniciativas dum Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas com instrumentos de adaptação setoriais de âmbito municipal, na Segurança de Pessoas e Bens e no Turismo?

O Município deve dar garantias de condições operacionais e financeiras para implementar processos de melhoria contínua na atuação municipal, em prol do desenvolvimento sustentável e da promoção da adaptação às alterações climáticas a longo prazo? Porque é que o Município não elabora um Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC), definindo várias medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas e medidas de atuação perante as possíveis alterações climáticas, onda de calor que está prevista para o interior neste verão. Irá a Câmara introduzir medidas preventivas no âmbito do Plano Municipal de Ordenamento do Território, em relação à prevenção dos incêndios florestais, que é o maior perigo neste período verão, assim como a seca e alterações climáticas, fenómenos mais lentos e controláveis (armazenamento da água na barragem é suficiente? Há algumas estratégias a implementar com vista à provável onda de calor, seca e a previsão de incêndios? Ou seja, há Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, como há em muitos municípios? Há uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), que consolide e integre as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta, potenciando a intervenção dos agentes locais, a responsabilidade política de coordenação e apoio ao funcionamento das ações.

Por último, tem ativado algum Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, caso seja necessário perante situações de temperaturas elevadas e de incêndios? Qualquer estratégia não depende apenas do esforço político, mas também da mobilização dos diferentes atores da sociedade civil no processo de implementação, criando uma cultura de cooperação transversal, indispensável para uma resposta municipal mais eficaz no processo de adaptação às alterações climáticas e é isso que lhe pedimos.

**João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)** - Não poderia deixar passar a primeira Assembleia a que venho após a inauguração do jardim que eu disse que Deus tinha e que agora que nós temos e bem, com a afluência que temos tido ao jardim, vê-se bem a necessidade que tínhamos daquele





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

espaço. Mas, como é óbvio toda a bela tem o seu senão e venho aqui com o seu senão. Já reparei que não houve a preocupação, principalmente em Castelo Branco que temos um clima que todos conhecemos que no verão é um pouco abrasador.

Devia ter sido ponderado a colocação de sombras provisórias, porque aquelas árvores quando crescerem, os meus pequeninos têm 6 anos, á altura devem ter já 36. Devia de haver uma preocupação, por exemplo, aquele espaço onde as crianças brincam, se elas forem para lá brincar agora, mesmo que seja às 17 h, desculpem-me a expressão ficam assadas.

Acho que devia haver um cuidado com isso, depois um outro cuidado que acho que não houve, era colocar mais instalações sanitárias para não haver os problemas que estão sempre a acontecer.

Depois á noite, há zonas que não têm iluminação nenhuma e o que é que isso acontece, as pessoas ficam menos inibidas do cãozinho fazer as necessidades no escuro, já não utiliza o saquinho e bem que lá está para recolher as necessidades e também acho que é uma situação muito importante, o de suscitar porque está aberto toda a noite a situações de alguma criminalidade específica e que é potenciada, se nós ouvirmos notícias internacionais, sabemos do que falo.

A outra questão que gostaria de colocar e é muito concreta, gostava muito de ter esta resposta, porque muita gente coloca esta questão, que é qual foi o valor total que a Câmara gastou naquele parque.

Qual foi custo total daquele parque?

E aproveito para seguir todos os pontos que trazia aqui, pondo um ponto final neste tema, á outro tema e passo a declaração de interesses, tenho dois filhos em idade pré-escolar e chegamos ao final do ano e por essa razão é que também essa informação me chega muita vez. Ainda não receberam os apoios das refeições aqui a questão é que parece que aquele apoio das refeições é um valor a mais que os pais vão receber. Houve aumentos de custo de vida, aumentos de eletricidade, aumento das prestações da casa e as pessoas ainda não receberam, não sabem quando é que vão receber, claro quando receberem é muito bem-vindo, mas aquilo teria sido um apoio que ia dar muita ajuda aqueles 30, 40 ou 50 € que as pessoas iam receber durante todos os meses era um apoio muito importante. Se calhar aquele dinheiro daria para pagar a luz, a água, daria para ir comprar mais alguma coisa e quer dizer ainda não se recebeu, nem se sabe quando.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Outro ponto que ainda queria referir, que é muito preocupante e acho que estamos a passar ao lado, que quando as pessoas disserem que nós temos razão já vai ser tarde demais, professor Ernesto também falou, estamos a receber muitos emigrantes aqui em castelo branco. Nós já recebemos vários relatos de emigrantes que estão a viver em condições indignas, em lojas de prédio, não há preocupação nenhuma com isto será que a Câmara não devia criar um gabinete para controlar estas situações.

É claro que há autoridades específicas para controlar isso, se há um problema de saúde pública, há o Delegado de Saúde ou ASAE, agora acho que devíamos agir antes.

É que não é difícil de encontrar em Castelo Branco emigrantes a viver em condições indignas. É assim, toda a gente sabe a posição do CHEGA” sobre a emigração, dizem que é contra. Não é ser contra, nós somos é a favor de uma emigração consciente, porque são pessoas, parece que nós queremos trazer os emigrantes para o nosso país para explorar ao máximo mão de obra barata, depois quando já não prestam mandamos embora, damos-lhes a nacionalidade para irem para outro país, isto não é maneira de trabalhar.

Os nossos, emigraram, eles foram para países e a maior parte não voltou, ou seja, integraram-se na sociedade, ficou lá, constitui família. Não é isso que nós queremos também?

Ou queremos que estes emigrantes continuem a viver num gueto.

É isso que nós queremos? Acho que ainda não percebemos uma coisa, o principal problema do país de origem da maior parte desses emigrantes que vêm, não é a falta de recursos ou a falta de trabalho, não, o problema é aquela cultura, aquela cultura é que é o problema, ou seja a única maneira deles serem bem integrados na Europa, é serem aculturados pela Europa. Se nós vamos para um sítio temos que cumprir, ou não?

E, realmente estamos a passar ao lado, colocamos duas palas e olhamos só em frente e acho que temos que ter uma preocupação muito séria com os emigrantes que estão a chegar a Castelo Branco, tratá-los com dignidade e fazer com que eles se integrem na sociedade.

Para que eles daqui a 2 ou 3 anos se lhe perguntarem de onde é que tu és, ele responda, sou albicastrense. Isso é o mais importante.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM)** - Isto não foi combinado aqui, embora algumas das questões sejam coincidentes, penso que demonstram a importância e aquilo que os albicastrenses se estão a queixar relativamente ao assunto do Parque do Montalvão. O PSD já anteriormente nesta Assembleia tinha questionado sobre a previsão de inauguração do Parque do Montalvão o que finalmente aconteceu.

Todos concordamos que o parque é muito mais que um espaço verde, bonito e que contribui para a atratividade de Castelo Branco.

Compreendendo a importância da estrutura e o tempo que retardou a sua disponibilização aos utentes, presume-se que a intenção do Município ao desenvolver este projeto, foi entre outras de fomentar a relação intergeracional dando resposta às necessidades das crianças, mas também à dos seus acompanhantes e do público em geral. E, neste pressuposto, temos algumas questões para colocar, se não vejamos, voltamos á questão climatológica, Castelo Branco é um concelho com características climatológicas muito específicas, é por isso que as sombras são tão apreciadas, principalmente nesta altura do ano.

Ora no referido parque, uma sombra é um bem mais do que escasso. Percebe-se porque as árvores plantadas ainda são pequenas e quanto a isso só nos resta esperar.

Mas, se olharmos atentamente, facilmente se constata que se nada for feito, mesmo quando as árvores crescerem o problema manter-se-á, porque falta a necessária articulação entre a localização dos bancos com as árvores plantadas que embora pequenas já agora dão alguma sombra. Os bancos estão nuns sítios e as árvores estão noutros. Não sei se já tiveram a oportunidade de verificar, mas é isto que acontece.

Pergunta-se, é possível deslocalizar os bancos de modo que fiquem harmoniosamente junto das árvores?

O pavimento de ambos o parque infantil é atualmente de areão grosso, muito apetecível para os canídeos, mas perigoso para as crianças. Quando as crianças brincam, inevitavelmente caem, faz parte da sua natureza e neste tipo de pavimento magoam-se muito mais que em pavimento tipo sintético, amortecedor USBR aquilo que habitualmente designamos como chão de borracha e que se caracteriza por ter um efeito amortecedor no impacto no caso queda, reduzindo os riscos de lesões por ser antiderrapante, possuir proteção contra fungos e bactérias, limpar-se facilmente, ser atrativo até porque existem muitas cores, enfim, muitas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mais características que fazem dele o pavimento praticamente de todos os parques, mesmo os de Castelo Branco.

Entendemos que certamente foi a inovação e a criatividade que tiveram subjacentes a esta decisão e pressupõe-se que foram cumpridas todas as legislações e normas que estão subjacentes à obediência das normas de segurança para estruturas desta natureza.

A questão que colocamos, é porque é que o pavimento dos parques infantis do Parque Urbano de Montalvão é de areão grosso em vez de ser pavimento sintético amortecedor como acontece em quase todo o lado.

Outro aspeto do pavimento que nos chamou a atenção, não tem a ver com a qualidade, mas sim com a inclinação do mesmo porque sendo o parque maioritariamente plano, acaba por ser um desafio para que as crianças andem por lá e bem, de bicicleta, com as suas trotinetes. Agora no acesso na avenida de Zhuhai possui uma inclinação que para as crianças que andam de trotinete e de patins em linha é extremamente perigoso. Perigoso porquê? Porque não dispõem de barreiras que mitiguem a possibilidade de a criança ir em direção á estrada e poder vir a ser atropelada ou bater contra um carro.

A nossa questão é para quando a construção de uma estrutura que acabe por resolver o problema que neste momento se coloca naquele acesso.

Agora, atendendo a que o parque dispõe ainda de uma área significativa de espaços relvados, a questão que se coloca é, encontra-se devidamente acautelada a não utilização dos caniços ás vezes da pior forma, nos espaços relvados e reitero espaços relvados para não haver confusões que são utilizados por todos os utentes de que se destacam as crianças que vão brincar para lá, jogar á bola, enfim, fazer tudo aquilo que uma criança deve fazer.

Finalmente atendendo á dimensão do espaço e que concordamos plenamente, três casas de banho? Parece-nos manifestamente insuficiente.

O que é que a Câmara está a pensar fazer em relação a isso?

**Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI)** - Queria começar dizendo que queremos uma cidade moderna, progressista, virada para o futuro, com elevados níveis de bem-estar e de qualidade de vida dos cidadãos, em que os munícipes possam usufruir da bonita cidade e do concelho em que vivemos. Penso que até aqui estaremos todos de acordo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Queremos uma cidade enérgica, vibrante com uma estratégia que acompanhe a transição energética e que ajude a preparar o futuro dos que aqui estamos e daqueles que adem vir.

A propósito do Parque do Montalvão, quero dizer que nos congratulamos com a inauguração e com a construção desta obra que a todos nos deve orgulhar e diria a propósito do que aqui ouvi, das sombras que os nossos filhos terão a oportunidade e o privilégio de ver aquelas árvores crescer.

Em Castelo Branco, temos múltiplos espaços verdes e culturais que convidam ao lazer e ao bem-estar dos cidadãos e que promovem hábitos de vida saudáveis.

Temos um autocarro elétrico silencioso sem emissões poluentes e acredito que outros virão a seguir. Temos um programa de incentivo e apoio á aquisição de bicicletas, vimos ser anunciado há dias um programa de bicicletas partilhadas que aplaudimos.

Temos algumas ciclovias, mas precisamos de dar continuidade às obras que estavam previstas e em curso e alargar esta rede, acompanhando ventos de mudança que sopram um pouco por todo o país e que são já uma realidade pela Europa e destacadamente nos países nórdicos.

É precisamente nos países nórdicos que o conceito de ciclovias está implementado há décadas, onde as pessoas privilegiam o uso da bicicleta e dos transportes coletivos e onde utilização individual automóvel não é apreciada pela sociedade.

Recordo que é também nestes países onde os cidadãos registam os mais elevados níveis de felicidade e tal não acontece apenas pelos salários, mas sim por terem maiores níveis de qualidade de vida.

As ciclovias são essenciais para incentivarmos os cidadãos a aderirem á mobilidade suave que tem vantagens para todos, mesmo para aqueles que não pretendem utilizar as ciclovias e as bicicletas.

Algumas vozes dirão que em Castelo Branco não há muitos utilizadores de bicicletas, mas essa é uma visão redutora. Pois as ciclovias não se destinam apenas àqueles que já utilizam bicicletas, destinam-se sim a incentivar e a promover o uso em condições de segurança. As ciclovias permitem circular em segurança, seja por bicicletas, peões ou automóveis, permitem que os ciclistas não atrapalhem o trânsito, nem sejam sujeitos ao seu ritmo podendo circular abaixo da velocidade em via própria.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

As ciclovias não são um tiro no escuro, nem são uma aventura inconsequente. As ciclovias estão estudadas e comprovadas á décadas em milhares de cidades pelo mundo, conhecem-se os seus benefícios e os impactos na vida dos cidadãos.

Castelo Branco é uma cidade iminentemente plana o que proporciona a utilização da bicicleta.

Cada bicicleta a circular será um automóvel a menos nas nossas ruas, é uma solução prática e adequada a todas as pessoas de todas as idades, nomeadamente porque existem também bicicletas elétricas.

A maioria das deslocações do dia a dia são inferiores a 3 km e raramente ultrapassam os 5 km, só falta a rede de ciclovias. Podia elencar inúmeras vantagens das ciclovias e da utilização das bicicletas, mas permitam-me que diga apenas que permite a redução do espaço ocupado na via pública, a melhoria da saúde, pela promoção de hábitos, a redução do peso e sabemos que 1/3 da população tem excesso de peso, o combate ao sedentarismo porque permite fazer exercício físico nas deslocações do dia a dia, reduz o stress e a ansiedade, reduz poluição, o ruído urbano, beneficiam o comércio local porque as bicicletas circulam a velocidade baixa e facilmente estacionam, poupam tempo nas deslocações seja em virtude do trânsito ou da facilidade de encontrar estacionamento.

Nas cidades onde há ciclovias já todos vimos que as empresas de entregas, por exemplo, aderiram a este meio de transporte, os estudantes dos diversos níveis de ensino poderiam deslocar-se em segurança com uma enorme sensação de liberdade e percecionando também a cidade de outra forma, são também as vantagens das bicicletas, os trabalhadores, os munícipes em geral, podiam deslocar-se nom enorme poupança financeira e grande melhoria da sua qualidade de vida. Temos muitos e bons exemplos pela Europa onde até governantes utilizam a bicicleta e dão o exemplo aos seus concidadãos.

No nosso país, vejamos, por exemplo, Lisboa onde o tema das ciclovias foi controverso com a redução de faixas de rodagem e até da redução de estacionamento e hoje são sentidos os benefícios que essa mudança permitiu. A título de exemplo, a Avenida Almirante de Reis causou uma grande discussão em lisboa, hoje circulam 2200 a 2500 bicicletas por dia. Sempre que há mudança á resistência, todos temos dificuldade em sair da nossa zona de conforto, perdem-se naturalmente alguns lugares de estacionamento, não serão muitos e há certamente alternativas,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mas as ruas que ficarão mais bonitas devolvidas aos cidadãos mais libertos, disponíveis para serem usufruídas por todos, mesmo por aqueles que não pretendem usar a bicicleta.

Mais importante será perguntarmos que futuro queremos deixar aos nossos filhos e netos, que esforços estamos disponíveis fazer para permitir esta transição que está em marcha em todo o mundo desenvolvido.

Os decisores políticos ponderam naturalmente, sempre os custos de tomar uma decisão, mas qual será também o custo de não decidir, o de adiar esta decisão.

Esta Assembleia Municipal discutiu em tempos e optou por apoiar a decisão de construir ciclovias tendo avaliado os prós e contras e tendo como base um estudo.

O que pergunto ao Senhor Presidente e ao seu Executivo, é o que pretendem fazer nesta matéria e qual é a sua visão estratégica neste tema.

**Joaquim Abrantes (PS)** - Venho falar de uma realidade que desde sempre teve a minha anuência, participação e falo-vos da Escola Pública, vem isto a propósito, essencialmente porque é um tema recorrente, presente e na minha opinião nem sempre tratado com a necessária justiça e penso que é um bem, Escola Pública, é um bem do qual não podemos ou não devemos deixar passar ao lado. É claro que são muitas as situações que trazem este tema á ordem do dia. Em Castelo Branco, isto relaciona-se muito com Castelo Branco, assistimos este ano ao desenvolvimento de um projeto chamado de “escola a tempo inteiro”, e é por causa deste projeto que vos irei dirigir algumas palavras.

Eu, penso que se tem criado um mito que se foi instalando no universo educativo e que respeita para além de outros, ou que trata muito mal a escola pública. Ela na opinião de muitos e na opinião geral caminha para um descrédito acentuado devido a más políticas a opções erradas ao descontentamento e conseqüente desmotivação de professores, alunos, de funcionários e de pais, e muitos outros que muitas vezes muito pouco conhecedores do terreno escolar, face ao território escolar, facilmente alinham nas chamadas teorias da conspiração, onde a razão está sempre do mesmo lado e tudo mais está mal e a desgraça que se apresenta eminente.

Confesso que desde sempre me recusei em enfileirar em correntes catastrofistas que alguns mesmo contrariando evidências e sabe-se lá defendendo interesses pouco explícitos teimam em propalar aos quatro ventos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É inegável que a Escola Pública enfrenta hoje desafios cada vez mais exigentes, atentemos por exemplo na heterogeneidade do público-alvo, reflitamos um pouco sobre a diversidade dos estratos sócio económicos e culturais dos alunos que a frequentam. Comparemo-los com os que vieram fazer outras opções e facilmente concluiremos atendendo aos resultados que a Escola Pública mesmo sem ovos consegue fazer ótimas omeletes.

Aqui chegado e tendo como objetivo a valorização, o trabalho dos professores eventualmente, desmotivados, mas responsáveis de alunos ainda que desfavorecidos, mas empenhados, funcionários mesmo que mal pagos e desvalorizados, mas ciosos dos seus meninos, de pais agradecidos porque acreditam na Escola Pública e confiam nela para fazer dos seus filhos, mulheres e homens de bem.

Também acredito que essa é a via e tudo o que vos digo viu refletido no sorriso das crianças e no orgulho com que pais, irmãos, avós, professores, acompanharam filhos, irmãos e netos, alunos dos quatro Agrupamentos de Escola do Conselho de Castelo Branco.

Nas marchas de São João que no passado fim de semana trouxeram vida, cor e alegria à nossa cidade, iniciativa da responsabilidade dos Serviços Educativos da Autarquia com enorme trabalho meritório, professores, técnicos, pais, encarregados de educação e de toda a equipa que no âmbito do projeto “escola a tempo inteiro” desenvolveu ao longo do ano letivo 2022/23 envolvendo em todas as atividades desenvolvidas cerca de... este número que vos vou dar, foi-me dado também e fiquei bastante admirado, os participantes neste projeto atingiram quase os trinta e sete mil participantes.

Penso que a escola pública estará bem servida, se houver responsabilidade, criatividade, inovação, envolvimento, partilha e tolerância, são ingredientes que podem trazer à Escola Pública o incremento e o apoio que necessita.

É claro que existem muitos outros problemas, mas esses por agora são contas de outros rosários. Aos responsáveis o meu bem-haja.

**João José Louro Ramos (Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira) -**

Começo por umas breves informações sobre o São João Batista de 2023, passados cinco dias para já não há nenhuma polémica ou tema sobre as fogueiras, porque o ano passado foi tema que só parou porque infelizmente em Coimbra fizeram, não digo pior, mas diferente, mas, de facto,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

não se verificou até hoje nenhuma chamada, nem nenhum e-mail, não houve incidentes desta vez.

Felizmente está em crescimento muita gente quer no 1º dia, quer no 2º. Os festeiros agradecem, e eu também agradeço ao Senhor Presidente da Câmara todo o apoio que nos deu e que assim continue, sim, porque o São João vai continuar, disso não há dúvida alguma.

Tenho aqui uma questão, peço um esclarecimento a alguém que tivesse informação sobre este tema, no dia 1 de julho de 2022, tivemos uma reunião aqui com os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara e com representantes da ANACOM por causa da fibra ótica nas freguesias. Ficou mais ou menos combinado se bem se lembram que durante o ano de 2023 os concelhos iriam ter fibra no concelho todo.

Eu pergunto, se a maior parte das freguesias já têm ou não, se está a chegar ou se já chegou. Sei que na Lardosa, segundo me parece, andavam lá há três semanas ou um mês, a Mata já tem, está cheio de sorte.

Tenho aqui outra questão, aos meus colegas todos que aqui estão e não só, também aos Deputados Municipais, se têm conhecimento de alguma consulta pública que acaba amanhã sobre a ampliação da proteção especial do Tejo.

Só aqui o Deputado Ernesto e a Deputada Adelina que foi quem me avisou.

Bem, então é assim, agora imaginem quem vive lá nas aldeias, como é que há de ter conhecimento que isto está a decorrer e acaba amanhã. É, de facto, um assunto que considero importante e como Presidente de Junta é minha obrigação defendê-lo.

Na Assembleia Municipal de 28 de abril, referi sobre a Comissão de Gestão, de como estavam as freguesias representadas, obviamente que isto a nível central foi decidido, não é possível alterar. O Senhor Presidente da Câmara disse-me que qualquer proposta, venha ter comigo, a gente fará chegar a quem de direito, também tenho que ser justo a dizer isto. Mas, desta vez, venho falar sobre este assunto, que é muito mais grave que a Comissão de Gestão, falei com dois membros da referida Comissão e também desconheciam até há dois dias atrás e isto é no mínimo grave, digo eu. Bem, o que interessa e é minha preocupação enquanto Presidente de Junta de Freguesia e é a minha obrigação defender a minha freguesia e o meu território.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero dizer o seguinte, esta proposta como diz aqui o relatório técnico a alteração dos limites é de 2018 do ICN, nunca foi apresentado nas freguesias e noutros sítios também não tenho conhecimento, estamos a falar de uma coisa que passa de 24000 hectares para 85000 hectares é o que é o preto e agora é tudo o que é preto e verde.

Não tinha mal nenhum, se não soubéssemos o que se passava á data de hoje que é as restrições e os condicionalismos daquelas áreas.

Se em 24000 hectares que abrangiam basicamente as margens do Tejo, Erges e Ponsul e algumas ribeiras principais e que a gente percebe, a coisa não ia mal por aí, porque também pouca atividade havia, a não ser a florestal e cinegética. Agora com esta proposta, as povoações que ficam lá dentro e estamos a falar da Mata, os Escalos de Baixo, do Rosmaninhal, da Zebreira, Segura, Salvaterra, Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Cebolais de Cima e Retaxo, União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, Escalos de Cima e Lousa, Idanha-a-Nova e Alcafozes, entendemos e como disse aqui na outra intervenção em abril, sabemos que temos que preservar também gosto da águia imperial e da águia de Bonelli, mas também volto a referir que se lá existem estes valores, é porque quem lá viveu ou vive começou a tratar deles. Não venham agora dar lições de conservação a quem lá está desde sempre.

Portanto, queria deixar esta minha preocupação e aos meus colegas Presidentes de Junta destes territórios porque nomeadamente Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Rosmaninhal são os mais prejudicados porque ficam todos lá dentro e suspeito que qualquer dia para sair de casa é quase preciso uma proposta se podemos sair uma qualquer plataforma que possam para aí inventar.

Por último, quero dizer que é nossa convicção que os problemas vão aumentar, as dificuldades das atividades cinegéticas que são muito importantes para nós nesta zona florestal, agrícola vai ser um motivo de desinteresse para quem lá vive e para quem queira investir. E posso dizer-vos que que em Monforte temos dois investidores, que entre os dois investiram dez milhões de euros em cinco anos. Portanto, se isto não é importante, pergunto o que é que será importante. Porque o Parque e as EPE deviam ser um motor de desenvolvimento e divulgação dos produtos e é das regiões e é exatamente o contrário. Criam-nos dificuldades a toda a hora é preciso autorizações para tudo e alguma coisa e já reclamei em nome da freguesia e posso dizer-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

lhe que ontem tive assembleia de freguesia, felizmente com a casa cheia e foi votado de forma unânime, rejeitar esta proposta de alteração dos limites da EPE.

**Joaquim Manuel Faustino (PS)** – Para estar na moda também, já que toda a gente tem questões, desta vez também tenho uma questão. Mas, a minha questão, cada um cumpre o seu papel na sociedade, todos temos a nossa área, espaço e, enquanto, que há aqui, enfim, representações políticas que preferem sempre ver o copo meio vazio, prefiro olhar para a parte meio cheio. Aliás, como sou otimista, espero que esteja quase três quartos cheio, haverá sempre um pouco sem nada porque “Roma e Pavia não se fez num dia”.

Sobre as intervenções que me antecederam, deixe-me dizer no caso da Deputada Adelina concordo consigo com quase tudo aquilo que disse, nomeadamente, na rampa no declive é um perigo também concordo.

Sobre o Deputado João Ribeiro, deixe-me dizer-lhe que culturação e aculturação são coisas nada fáceis e sou casado com uma socióloga, isso tem feito correr muita tinta e além disso sou filho de emigrantes, portanto, conheço também um pouco por dentro, noutro tempo é verdade e os tempos não permitem comparar as coisas.

Hoje venho falar aqui de uma questão matemática, mais geométrica, falar de simetrias ou de assimetrias, e então venho aqui falar do TCA (Tribunal Central Administrativo), como bem sabemos, o Governo aprovou em 13 de abril um regime excecional temporário de redução dependências processuais nos tribunais administrativos e fiscais permitindo por exemplo a devolução de parte das taxas se houver acordo das partes em extinguir a ação.

A medida para a área administrativa e fiscal foram anunciadas e foi aprovado uma proposta de lei que prevê a criação de um Tribunal Central Administrativo e Fiscal, na zona centro em Castelo Branco, pronto é isto que me traz aqui.

E a minha questão e faço-a já, em que pé é que está este tal TCA porque é uma mais-valia e quando recordamos a perda de serviços, o Call Center da Segurança Social que em dado tempo perdemos, foi muito difícil recuperar e já não recuperamos com a mesma dimensão. O nosso receio em que a parte da agricultura também se fosse esvaziando. Houve uma boa notícia e por isso temos que dar os parabéns ao Executivo por ter trazido, enfim já agora deixai-me dizer só estão previstos 16 juízes desembargadores a prestar serviço neste tribunal. E se isto não é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

bom, então por favor, digam-me o que é bom, que quero também saborear um pouco desse bom.

Sobre o João, o meu companheiro de carteira na escola, deixa-me só dizer-te, quando perguntaste se as freguesias têm fibra, têm muita fibra e alguma está aqui. As freguesias têm muita fibra, há aqui muitos bons exemplos, agora sobre essa tal ótica virá a seu tempo, esperamos que sim.

E pronto fico-me por aqui, estamos de parabéns.

**Maria José Rafael (S-MI)** - A 30 de outubro do ano transato falava nesta Assembleia sobre o período conturbado que se vivia e vive, resultante dos vários condicionalismos como a pandemia, os impactos da guerra da Ucrânia que fizeram aumentar o desemprego e aumentaram substancialmente o preço dos produtos alimentares e as energias.

Neste contexto de desigualdade, o grupo do S-MI propôs um apoio às famílias carenciadas o qual foi chumbado.

Falemos das medidas de apoio social propostas pelo PS e aprovadas nesta assembleia. Foram várias como o pagamento das refeições no 1º ciclo, devolução parcial do IRS entre muitas outras.

O S-MI não esteve contra na implementação destas medidas, sendo que a intenção era esbater a desigualdade social tornando o poder económico facilitador do desenvolvimento do nosso território. Vai chegando a altura de se fazer a monitorização das medidas implementadas, que impactos foram as famílias carenciadas as que mais usufruíram destes apoios minimizando o fosso social que se vem agravando entre ricos e pobres.

Relativamente á devolução do IRS, somos da opinião que deveria ser em 1º lugar o Governo a ter a coragem de criar um quadro fiscal atrativo para quem reside ou queira residir no interior de forma a resolver o problema demográfico destes territórios. O que se constata é que cabe aos municípios o esforço muitas vezes inglório de apenas prescindir das suas receitas quando seja essa a sua opção, receitas essas que poderão ser fundamentais a uma economia saudável do próprio município.

Voltemos agora a uma questão já aqui levantada pelo S-MI e que vale a pena refletir sobre a mesma. Serão as famílias mais carenciadas as que mais beneficiam com estas medidas?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Provavelmente serão estas mesmas famílias carenciadas as que não são abrangidas pela medida que sofrerão um pequeno impacto.

Como se devem lembrar o “SEMPRE” absteve-se, não inviabilizando a proposta de devolução do IRS, mas não concordamos com a forma de devolução sabendo que favorece mais quem tem maior poder económico não esbatendo a desigualdade social, senão vejamos... um quarto da população ativa recebe o salário mínimo nacional, ou seja, alguém com um rendimento anual bruto em 2022, de 9870 € não é abrangido pela devolução do IRS uma vez que estão isentos do mesmo.

Dois titulares sem dependentes com um rendimento anual bruto de 115.267,58 € teve um benefício municipal de 880,42€. Um titular sem dependentes com um rendimento anual bruto de 32.312,31 € teve um benefício municipal de 163,58€. Um titular sem dependentes com um rendimento anual bruto de 10.073,55€ teve um benefício municipal de 1,34 €, quanto maior for o rendimento maior é o benefício municipal, quanto mais baixo menor a contribuição do município podendo até ser nula.

Todas as famílias a quem foi devolvido o IRS ficarão agradecidas ou ficaram agradecidas obviamente pelo benefício seja ele elevado ou não. Mas não, estará o executivo a favorecer distanciamento económico existente entre as famílias de maior e menor poder económico?

Será esta uma política facilitadora do desenvolvimento no nosso território? Não devia haver uma medida que se contrabalança esta desigualdade?

Relativamente á medida do pagamento das refeições do 1º ciclo, todos concordamos que se trata de uma medida com impacto no bolso dos encarregados de educação e que com toda a certeza ficam agradecidos. Mesmo sendo tomada por igual quer para famílias com baixo rendimento, quer para com famílias com elevados rendimentos. O facto, é que as famílias com baixos rendimentos subsidiadas pelo escalão A já não pagavam as refeições e as do escalão B só pagavam parte do valor da refeição. Favorecem-se as famílias com mais possibilidades económicas.

Apraz-nos saber que após terem abertas inscrições para o ATL e campo de férias dinamizadas pelo município no âmbito do plano integrado inovador de combate ao insucesso escolar, as vagas esgotaram em poucos dias.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Trata-se de momentos vividos pelas crianças e adolescentes que lhes trazem mais valias em termos de conhecimento, sociabilidade, partilha, educação cívica, áreas cada vez mais preciosas nos dias de hoje.

A elevada procura destas atividades também se deve ao sucesso das mesmas em anos anteriores, o que também o que é referenciar.

Para além disso, quer o ATL, quer o campo de férias, são fundamentais para as famílias que não têm possibilidade de ter férias devido á sua situação económica e não têm onde deixar os seus filhos no verão. Nota que o os ATL privados têm um custo muito elevado.

No campo de férias fazendo parte do plano integrado inovador do combate ao insucesso escolar, deverão ser integrados os alunos com maior insucesso escolar com o intuito de esbater o mesmo. Neste contexto, perguntamos se houve referenciação de alunos com insucesso escolar e se de facto foram esses os maioritariamente contemplados no campo de férias.

Por outro lado, foram os alunos com subsídios escolares, escalões A e B, os que preferencialmente entraram no ATL, ou foi apenas por ordem de inscrição.

É que o ATL e o campo de férias promovidos pelo município dão uma mais-valia para estas crianças e não podem, nem devem ficar de fora.

E falando de férias das crianças e adolescentes, impõe-se falar de piscinas, a Piscina Praia de Castelo Branco e a Piscina Municipal de Alcains, espaços muito agradáveis, propícios a que muitas das nossas crianças passem lá os dias de verão, sendo a porta de entrada da cidade para muitas famílias residentes ou que se deslocam muitos quilómetros para virem passar o dia a tão prazerosos espaços.

Assim é de difícil compreensão o aumento que chegam aos 34 % nos bilhetes de entrada, não esquecendo que muitas famílias de baixos rendimentos do nosso concelho, passam as suas férias nas piscinas locais. Até o benefício fiscal da devolução do IRS por parte do Município para famílias de baixos rendimentos, provavelmente, chegarão apenas para um fim de semana na piscina.

Sabendo que estamos numa conjuntura económica difícil, seria importante que outras medidas municipais tivessem em consideração uma discriminação positiva às pessoas com menos rendimentos, com mais dificuldades económicas, é uma questão de equidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Jorge Ferreirinho Diogo (Presidente da Junta de Freguesia de Malpica do Tejo)** - Venho aqui falar também um pouco do Festival Zeca Afonso, mas antes disso e porque já foi aqui abordado o assunto pelo meu colega, gestor dos territórios além Ponsul, ficamos ali excluídos para lá do rio. Queria em primeiro lugar descansá-lo porque efetivamente a fibra ótica já andam a espalhar a fibra em Malpica do Tejo, portanto a seguir deve ser em Monforte e também funcionando aqui como agente imobiliário, porque às vezes os Presidentes de Junta também têm de ser agentes imobiliários, tenho um pedido para um empreiteiro ficar a residir durante seis meses, se tiveres lá uma casa para alugar, também agrademos. Mas mais preocupante que isto é efetivamente o alargamento dos limites das EPE que passará a integrar a totalidade das freguesias de Malpica e Monforte e que como sabemos e neste momento sendo já algo limitativo da atividade económica daquele território alargando-se á totalidade da freguesia essa preocupação irá também alargar-se exponencialmente. Por isso e porque pelo menos não registei a que o João Ramos o tenha referido “Participa.pt”, façam o registo e discordem deste alargamento.

Voltando então ao assunto que aqui trazia inicialmente, o Festival Zeca Afonso, tivemos a oportunidade no dia 9 e 10 em Malpica do Tejo realizar mais uma edição, a 9ª edição do Festival Zeca Afonso que este ano, optamos por alterar um pouco o conceito e passar de um festival exclusiva de música de intervenção para um festival de âmbito mais alargado. Tivemos dois dias pela primeira vez, a sexta e sábado em que tentamos apostar e dividir por momentos de música de intervenção, mas também de música tradicional portuguesa. Demos alguma relevância à participação de artistas do Concelho de Castelo Branco porque também nos parece de primordial importância apoiar os grupos locais e tivemos dois momentos que considero extraordinários, com um grupo e um artista que dispensa qualquer apresentação, como os UHF e o José Cid, que nos deram dois concertos que ficarão na nossa memória durante algum tempo.

Por isso mesmo Senhor Presidente e porque nos parece que este festival tem condições para se tornar um festival de referência a nível concelhio, pelo menos, depois podemos passar a regional e de seguida a nacional, peço-lhe que seja considerado como uma aposta de futuro do Município em termos de implementação do festival. Peço-lhe também que possa ser incluído como já foi em tempos na agenda cultural do Município de Castelo Branco. E para finalizar resta-me só agradecer mais uma vez o apoio que o Município tem dado na realização deste





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

festival porque parece-nos que para as freguesias este tipo de atividades continuará a ser essencial, uma aposta de futuro e uma boa aposta na cultura portuguesa e na realização deste tipo de eventos.

Portanto, concluo com um agradecimento ao Sr. Presidente do Município esperando que este festival tenha o crescimento desejado por muitos de nós.

**Ana Cristina Lourenço (S-MI)** - 11 de agosto de 2022, foi quando foi apresentada nesta Assembleia Municipal a proposta de suspensão parcial do Regulamento de Apoio ao Associativismo quanto às atividades desportivas, artigos n.ºs 19 e 20, da Câmara Municipal de Castelo Branco, Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, aprovada com os votos contra do S-MI, a suspensão destes artigos e a aprovação de um regime transitório que ainda se mantém nesta condição com alguns fatores de avaliação a aplicar às candidaturas dos proponentes no que dizia respeito ao apoio regular.

Esta proposta foi o culminar, mas não o fim de uma série de trapalhadas sucessivas que mesmo persistentes e bem-intencionados alertas do S-MI, em reuniões de executivo e manifestas dificuldades demonstradas por algumas associações em obter o seu apoio, insistiam em avançar. A abertura de candidaturas para as áreas cultural e recreativa, desportiva, artista e performativa e ambiental para a educação para a cidadania a 8 de abril de 2022 ditou o início de desnecessários acontecimentos que em nada contribuíram para a celeridade da atribuição dos apoios às associações, nem pouco nem muito, nem tão pouco para clarificar junto delas como e quando fazer a candidatura, qual o apoio a atribuir, deixando-as numa incógnita infinita e num vazio de respostas.

O aviso de abertura de candidaturas deveria ter sido efetuado de forma diferente, alertamos para isso.

A partir desse dia de abril e até junho de 2022 assistimos a um conjunto de avanços e recuos por falta de conhecimento de causa e uma grande incapacidade de concretização, é caso para dizer que o que nasce torto, tarde ou nunca se indireta e, entretanto, as associações esperavam.

Manifestamos e alertamos sobre esta questão, também em intervenções nesta assembleia municipal essencialmente quando fomos convocados para discutir a tal proposta de suspensão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

parcial do regulamento de apoio ao associativismo quanto às atividades desportivas mencionadas no início da minha intervenção.

Na discussão desta proposta protagonizada pela falta de opções e desassossego na resolução deste problema criado pelo executivo, tivemos a oportunidade para alertar que no aviso de abertura das candidaturas não havia distinção entre as associações no que refere às atividades que cada uma delas realiza. Alertamos também que teria sido sensato a existência de um aviso para cada tipologia de associação com dotação orçamental específica para cada tipologia. Como distribuir o valor global disponível para os apoios se existem fatores de comparticipação diferentes entre as candidaturas por atividade, por associação, porque sim?

Nesta Assembleia aquilo que se ouviu do PS foi “nada é feito do dia para a noite, é necessária operacionalização, eficiente e criteriosa deste regulamento e a promessa que temos que encontrar uma forma clara e objetiva que nos permita atribuir os apoios que as associações desportivas, esperam anseiam e necessitam para o desenvolvimento da sua atividade”, fim de citação.

No final a verdade é que os apoios às associações relativos ao ano de 2022 concretizaram-se tarde, criando dificuldade e constrangimento na realização das suas atividades. Só a 9 de setembro de 2022 o processo foi concluído com a apresentação da proposta de atribuição de apoio ao associativismo quanto às atividades desportivas já a época desportiva tinha iniciado.

E foi nesse mesmo dia, também apresentada a proposta do regulamento de apoio ao associativismo desportivo, a proposta de revisão/alteração ao regulamento de apoio ao associativismo, pressupondo que tinha surgido a tal ideia clara e objetiva, alternativa ao documento em vigor na altura. Entretanto, passaram praticamente 10 meses. 10 meses desde o último acontecimento, 10 meses desde a última alteração, 10 meses sem avanços, 10 meses sem respostas, 10 meses de inoperacionalidade, 10 meses de espera.

O que poderá justificar essa demora? Será aceitável e compreensível estarmos neste momento, mais atrasados que no ano passado.

O que é que impede a concretização de algo tão importante para as associações do nosso concelho, leva-nos a crer que provavelmente o problema não seria o regulamento de apoio ao associativismo do município de Castelo Branco, publicado em vigor desde agosto de 2021, que até podia permitir o apoio às associações sem imbróglis nem trapalhadas, desde que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

acautelados os avisos de abertura para cada tipologia de associação e sua respetiva dotação orçamental global.

Provavelmente o problema não seria então a suspensão dos artigos 19º e 20º do mesmo regulamento e tanto necessitava de regulamentação. Provavelmente o problema não seria o não concordar ou a inexistência de uma forma clara e objetiva de atribuição, pois nada foi feito e há dez meses que as associações aguardam ansiosamente por respostas.

Provavelmente o problema reside na incapacidade de concretização, não basta apenas lançar dinheiro, pontualmente para resolver o problema das associações, é crucial dar-lhes estabilidade aos seus planos de atividades porque é isso mesmo que lhes permite atingir os seus objetivos.

As associações merecem mais atenção e a criação de condições para desenvolver tranquilamente o seu trabalho sem entraves e sem atrasos a bem do concelho e a bem de todos. Aproveitamos a oportunidade para dizer que nós também vemos o copo meio cheio, mas não importa a forma como vemos esse mesmo copo, mas sim a forma como os munícipes o vêem. nós estamos cá para o ajudar a encher.

**Joaquim Manuel Faustino (PS)** – É que como sabem, já cá ando há uns anos nisto e a questão é só esta, referiu se bem ouvi, este problema foi criado pelo executivo. Por favor e pela minha área formação, qual executivo? A que executivo se referia? É que não percebi.

**João Miguel Pereira (PS)** – Estamos-nos a aproximar dos períodos de férias, alguns já estarão a pensar nisso, os filhos já estão a acabar a escola. E havia há muitos anos para quem é da minha geração e são quase todos, um programam de truísmo que tinha um mote que era “vá para fora cá dentro”, e é inspirado nisso que gostava de realçar o lançamento de mais um produto turístico da nossa região aqui mais alargado, portanto a partir do Inovcluster que no fundo lançou uma rota gastronómica dos queijos, ligado á restauração, às queijarias e ao território e desta vez não se ficando aqui só nos nossos queijos da Beira Baixa. Nós em Portugal temos alguns queijos de denominação origem protegida, este é o território que os lidera porque temos o queijo de rabaçal, o queijo da Serra da Estrela, e temos os nossos da Beira Baixa que depois se desmultiplicam em vários.

E, portanto, era isto, de facto, aproveitar este período que é o momento certo. Quem está a pensar que no Algarve já tem lá muita gente, temos aqui o centro.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Tenho por experiência, o meu filho no ano passado fez na Serra de Aires e dos Candeeiros uma experiência com uma cooperativa, ordenhar ovelhas e fazer o queijo. Este é um programa interessante e que pode dar oportunidade a todos os outros e, sobretudo, faz aquilo que é o cruzamento que muitas vezes é esquecido entre a agricultura, o território e a alimentação, neste caso a gastronomia. E, portanto, saudar esta iniciativa, já conta com 43 aderentes, são nove roteiros com múltiplas cidades de oferta e de produtos e, portanto, fica aqui uma sugestão. Isto não é o guia da boa cama, boa mesa, sou o João Pereira, mas podia ser. Não houve uma Assembleia que não tenha falado de azeite, ou de Malpica, hoje só vou falar de azeitonas.

O meu avô dizia “quem é que há de gabar a noiva se não o pai”. uma expressão popular. Não vou fazer um autoelogio porque toda a gente sabe a área que estou ligado, vou é fazer um elogio a quem nos acompanhou neste processo, a Direção Regional de Agricultura, mas, sobretudo, a Câmara Municipal. O facto de termos recebido uma certificação que nada mais é do que certificado que vai ser colocado na associação. Agora é que começa o verdadeiro trabalho, porque nós temos aqui uma transformação de um produto que de facto quando vai para azeite tem uma valorização muito fraca digamos assim, porque a azeitona galega é um problema no campo, mas não vou dar nenhuma

Posso também desafiar o Inovo cluster é porque podíamos também criar um programa de apanha da azeitona, portanto malpica agradecia que houvesse gente que durante o mês de novembro colocasse uma semana de férias e viesse até lá colher a azeitona podia ser um bom roteiro.

**Francisco Pombo Lopes (PS)** - Em 2016 foi apresentado o resultado do concurso para o parque urbano da cruz de Montalvão.

O concurso foi promovido pela Câmara Municipal de Castelo Branco com a assessoria da secção regional sul da ordem dos arquitetos. Colocou-se o desafio de explorar e abordar as necessidades e funcionalidades e sustentabilidade de um novo parque urbano. Conduzindo á criação de novos discursos sobre a cidade, o território e a paisagem.

Desenvolvendo-se numa área com 21 hectares dentro dos limites da cidade devendo o projeto consolidar aquela área da cidade e representar uma marca de referência regional e local. De entre as 19 propostas enviadas, a proposta coordenada pela arquiteta paisagista Verónica Ribeiro de Almeida foi classificada em 1º. a qual de acordo com o relatório final do júri



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

organizou de forma clara uma hierarquia de trajetos que emergem da artéria verde diagonal, esta artéria verde faz perlongar no trajeto urbano enunciado que torna protagonismo todo o sentido da intervenção.

É sobre este trecho com inteligência de se fazer marcar sobre um percurso a pé existente que surgem elementos do parque.

O parque da cruz de Montalvão abriu ao público no passado dia 31 de maio, recebendo a 1 de junho várias atividades comemorativas do Dia Mundial da Criança. Importou um investimento cerca de 3500000 € e o projeto teve o seu início com a abertura do concurso em 2016.

Hoje podemos usufruir de um parque aspetos de espaços naturais e de espaços urbanos. Encontramos zonas arborizadas e relvados. E é um parque também com preocupações ecológicas e ambientais e das alterações climáticas.

Segundo a arquiteta responsável pelo projeto, das cerca das 1850 árvores e dos 5000 arbustos e subarbustos plantados na sua maioria são espécies autóntomas ou naturalizadas da zona de castelo branco, por outro lado cerca das 300 árvores existentes que permanecem para a riqueza visual deste parque garantem pelas suas características o maior sucesso de instalação e desenvolvimento. Lá está que as árvores também precisam de crescer.

No futuro afirma também a arquiteta paisagista responsável por este projeto, apenas 40% deste parque as áreas de maior vivência deste parque terão necessidade de irrigação frequente, sendo que os restantes 60 % com revestimento arbustivo, subarbustivo permitem diminuir e reduzir totalmente no futuro as dotações de rega.

Ora bem, perante as alterações climáticas e a consciência que o recurso natural á água é cada vez mais escasso. Não pode deixar de serem extremamente pertinentes estas observações quanto ao projeto deste parque que valoriza a cidade e devolve a todos um espaço de 21 hectares em plena centralidade para todos os albicastrenses e para todos aqueles que nos visitam.

Uma breve nota sobre a atribuição pela comissão nacional da Unesco para a candidatura ou apoio de candidatura às cidades criativas passando assim a uma fase internacional de aprovação o desta candidatura.

**Presidente da Câmara Municipal** - Tivemos aqui várias intervenções, começo por responder ao Senhor Deputado Ernesto Martins, e dizer-lhe, que foi com agrado que ouvi as suas reflexões



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

e também as suas interrogações que são verdadeiramente interrogações e questões estratégicas e que revelam um pensamento sobre o território e sobre a forma como devemos intervir sobre esse mesmo território.

Coloca questões sobre a política do local de reabilitação no que respeita à habitação.

Como já referi, algumas vezes nesta Assembleia Municipal, quando tomamos posse nos meados de outubro de 2021, encontramos um concurso para elaboração da estratégia local de habitação e nenhum desenvolvimento relativamente a essa estratégia local de habitação.

Durante este período de tempo, já vai em cerca de 1 ano e 8 meses procuramos concretizar esse objetivo, elaboramos a estratégia local de habitação e encontramos-nos neste momento à espera de uma resposta por parte do IRU no sentido que se pronuncie sobre o documento que apresentamos e sobre eventuais propostas de alteração de melhoria ou ajustamento relativamente ao mesmo. É natural que este atraso na elaboração da estratégia local de habitação, condicione aquilo que que é a política de reabilitação e também de construção porque como sabemos é a partir da estratégia local de habitação que a Câmara municipal negocia com o IRU o financiamento para que ela se possa desenvolver, como lhe disse estamos a aguardar pelas informações do IRU de modo a que possamos concretizar esta estratégia que a possamos trazer aos órgãos para aprovação e depois possamos negociar com o IRU o pacote financeiro associado a essa intervenção.

No que diz respeito ao plano municipal para integração de emigrantes e também aquilo que é a ação do município do conselho no que diz respeito ao acompanhamento dos emigrantes.

Devo-lhe dizer Sr. Deputado que a Câmara Municipal age em diferentes áreas e de diferentes.

Formas, felizmente que temos um tecido associativo que tem há muito tempo uma atenção.

Especial sobre estas temáticas, a associação Amato Lusitano tem programas definidos e em funcionamento para o acolhimento e integração dos emigrantes que são programas abrangentes, vão desde o próprio acolhimento e depois ajuda na integração, nomeadamente com dinamização de ações de formação de português para todos e outro tipo de ações de formação que visam dar as ferramentas linguísticas básicas a esses mesmos emigrantes para que se possam integrar no território e neste caso concreto no nosso município.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ainda além da Associação Amato Lusitano, há um trabalho feito pelos senhores presidentes de freguesia no que diz respeito às freguesias rurais, lembro o trabalho feito de fundo pela Sr. Presidente de Freguesia das Sarzedas conjuntamente com Proteção Civil e com a GNR na identificação de todos os estrangeiros ou emigrantes que vivam no território e a sua localização para que se possa fazer essa monitorização com mais proximidade, sei que outros Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia, também estão a fazer esse acompanhamento.

No que diz respeito ao espaço de habitação a PSP tem feito esse acompanhamento e a Amato Lusitano também o tem feito e a Cáritas entre - paroquial também tomou iniciativas nesse sentido e não temos conhecimento neste momento de famílias a viver em situações indignas e ultrajantes daquilo que é a condição humana e condição do bem estar dessas mesmas pessoas, ainda assim temos que ter uma atenção especial sobre este aspeto, até porque o nº de emigrantes que chegam ao nosso território e ao nosso país é bastante grande e vem trazer alterações à nossa sociedade e à forma como está organizada.

No que diz respeito às alterações climáticas e aquilo que tem sido a ação do município relativamente às consequências dessas mesmas ações climáticas.

Como sabem, temos um novo coordenador de proteção civil que tem tido um trabalho de grande intervenção e também de grande proximidade e ao longo deste tempo temos criadas um conjunto de intervenções que reportamos de extremamente importantes no que diz respeito em concreto a esta questão no combate da prevenção dos incêndios rurais. Não quero ser fastidioso, mas de qualquer modo deixo aqui algumas das ações que foram tomadas durante este tempo, foi criada uma nova comissão municipal de proteção civil com elementos integrantes apenas ao nível municipal, foram realizadas reuniões da comissão municipal de proteção civil. Uma reunião ordinária extraordinária, onde foi debatida a problemática dos incêndios rurais com todos os agentes de proteção civil.

Foi realizada uma reunião de conselho municipal de segurança, onde também foi debatida a problemática dos incêndios rurais com todos os agentes da proteção civil. Foi criado o nº verde de proteção civil municipal, que recordo é: 800 272 112 um número totalmente grátis e que funciona 24 h, 365 dias por ano, onde o cidadão pode alertar e ser aconselhado sobre todos os procedimentos e cuidados a ter na realização das queimas, queimadas e ainda sobre os riscos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sobre ocorrências e proteção civil. Foi criado um Regulamento Municipal de atividade de proteção civil, o qual já foi aprovado em sede de reunião do concelho municipal de proteção civil e em reunião de camara e aguarda precisamente a aprovação da Assembleia Municipal.

Foi garantida a articulação plena com todos os agentes de proteção civil e entidades com especial dever de cooperação e todos os presidentes de junta de freguesia, foram promovidas diversas ações de sensibilização das freguesias, dou exemplo: Sarzedas, St. André das Tojeiras, Monforte da Beira, relativas ao programa à aldeia segura, pessoas seguras, às medidas de autoproteção ter em conta durante um incêndio rural e medidas ainda de mitigação a observar na realização de queimas e queimadas. Foi criada um anova aldeia segura, nomeadamente na aldeia de Cismo, foi efetuada a criação e limpeza de redes, secundárias, faixas de combustão de combustível, estão todos os dias a ser colocados, ou foram aqui elaborados comunicados técnicos operacionais municipais com a indicação com a indicação do nível de alerta integrado de operações de proteção e socorro para todos os agentes de proteção civil e diferentes entidades, nomeadamente, todas as Juntas Freguesias que recebem essa informação, foi ainda criado o grupo de conversação com os Presidentes de Junta de Freguesia onde é efetuada diariamente o perigo de incêndio rural.

Foram contratualizadas 2 máquinas de rasto, preposicionadas em locais definidos no concelho de castelo branco, este é um serviço que garante a sua movimentação para o teatro de operações nos primeiros 30 minutos após o início da ocorrência. Foi ainda antecipado o pré posicionamento de meios do corpo de voluntários de Castelo Branco nas zonas de maior risco de incêndio rural, nomeadamente nos perímetros de alerta laranja, nos períodos laranja superior, nomeadamente nas freguesias de São Vicente da Beira, Sarzedas e São Tomé das Tojeiras e é 1ª vez que este pré-posicionamento de meios se faz.

Há também o apoio total por parte das infraestruturas do Aeródromo Municipal a todas as operações de socorro de meios aéreos. Recordo que temos em operação um helicóptero e 2 aviões Canadair e temos o compromisso do Sr. Ministro da Administração Interna, também do Sr. Presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil, da colocação de 2 meios em castelo branco e que são meio de combate providenciados e pagos pela União Europeia.

Pensamos que tomamos um conjunto de iniciativas e um conjunto ações que acautelam este período mais crítico que provavelmente se aproxima.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

João Ribeiro, do CHEGA, coloca aqui algumas questões relativamente ao parque urbano do Montalvão, devo dizer que as entendo, mas devo dizer também em resposta ao SR deputado João Ribeiro e aos outros Senhores. deputados que colocaram as questões relativamente ao Parque do Montalvão, devo dizer que temos que ter alguma compreensão, relativamente aquilo que foi um projeto, elaborado, apresentado e aprovado já há vários anos, que teve um período longo de concretização e que neste momento está ao serviço da cidade do concelho e do território. Tive a oportunidade de dizer, foi um projeto que atravessou 3 mandatos, um projeto como vos disse longo e que neste momento valoriza castelo branco e os Albicastrenses.

Se há coisa difícil de intervir, aqueles que tem mais experiência na questão da gestão pública e das autarquias é a intervenção naquilo que diz respeito aos direitos de autor relacionados com a arquitetura.

Foi lançado um concurso de ideias para a construção do parque de Montalvão, foram apresentados vários projetos, foi escolhido um desses projetos e a equipa ganhadora executou o projeto que foi considerado vencedor. E esse projeto tinha definido tudo aquilo que vocês hoje questionam, que nós hoje aqui questionamos.

Estavam projetadas as WC, estava projetada a plantação de árvores e estava também definida e assumida pela equipa que projetou este parque a distinção dentro do mesmo, nomeadamente nos 14 hectares que estão mais próximos da via e mais planos, de uma zona mais iluminada e de uma zona com menos luminosidade.

Foi opção da equipa de arquitetos que assim fosse, e foi opção de arquitetos não apenas porque sim, mas porque tinha como objetivo preservar alguma da fauna existente naquele local. É provável que alguma ou algum de vós nos passeios pelo parque já se tenham encontrado com um coelho ou outro tipo de animal que supostamente utilizarão esse espaço menos iluminado e como vos disse a equipa de arquitetos que projetaram o parque tiveram isso em consideração.

Relativamente às árvores e às sombras, é claro que as árvores não aparecem com grande dimensão, temos que ter paciência para que elas cresçam, para que se desenvolvam e tenham depois a dimensão que permita maior conforto, nomeadamente maior conforto térmico. Podemos fazer algumas melhorias, provavelmente podemos, provavelmente algumas das sugestões que aqui trouxeram, poderão vir a ser implementadas, mas não podemos fazer, isso garanto-vos eu,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

contrariando aquilo que é um projeto aprovado e com direito de autores, e para ser alterado tem necessariamente ter a concordância de quem o projetou.

Posso também informar que a senhora arquiteta responsável por esta equipa, ou que liderou esta equipa já nos enviou um e-mail, depois de uma sugestão que apresentamos, para que possamos reunir e avaliar algumas questões aqui tratadas e outras questões que não tendo sido aqui tratadas, identificamos.

A questão relativamente ao custo da obra, o terreno custou cinco milhões duzentos e setenta e sete mil duzentos e oitenta euros. O projeto teve um custo de cento e noventa e dois mil euros, a obra custou dois milhões novecentos e sessenta e nove mil euros, o que totaliza com iva incluindo um total de oito milhões seiscentos sessenta mil quinhentos e oitenta e oito euros.

Penso que ainda não está aqui refletida a revisão extraordinária ou a revisão de preços.

E depois de nos ser apresentado essa proposta da revisão, que é uma revisão técnica com naturalmente, o custo deste parque aumentará significativamente porque a revisão de preços a vir ser pedida e a vir ser deliberada aumentará acima daquilo que é o valor que aqui apresentamos.

No que diz respeito à medida de apoio às famílias a tempo inteiro, tive a oportunidade aqui nesta assembleia municipal, e tivemos a oportunidade nesta assembleia municipal, de aprovar uma alteração ao regulamento de apoio à família e que se prende concretamente com facto de nós também estarmos a apoiar as crianças que frequentam as escolas do ensino não público, que nos colocou uma dificuldade que se relaciona com o facto de essas instituições de ensino não discriminarem na fatura que as famílias terão que pagar o valor das refeições.

É essa não discriminação na fatura do valor das refeições, que nos obrigou a uma alteração no regulamento de modo que as famílias dessas crianças, não fiquem prejudicadas relativamente às outras famílias. Foi um processo que demorou algum tempo a concretizar-se, todos os dias faço um ponto de situação com o Dr. Ivo Fazenda que é quem está responsável pelo processamento destes pagamentos e que aquilo que me tem dito é que em breve, até final deste período letivo estes pagamentos serão feitos.

Se me perguntam se estou muito confortável com esta situação, não estamos, gostaríamos que a situação tivesse tido uma resolução mais célere, mas gostaríamos também que estas instituições tivessem discriminado os valores que pagam pelo serviço já prestado, tornando



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

também essa fatura mais transparente, mais clara par as famílias, para a comunidade e para todos nós.

Ainda relativamente aos emigrantes, já tive a oportunidade de me pronunciar sobre este aspeto.

A senhora deputada, engenheira Adelina Martins, a quem eu saúdo também, faz também uma referência sobre o parque de Montalvão, que eu penso que já respondi nalguns dos seus aspetos, e traz aqui a discussão a questão do parque infantil. Acredito que senhora engenheira, que a senhora arquiteta, terá tido em consideração aquilo que são as regras e os regulamentos, no que diz respeito a parques infantis, ainda assim também partilhamos de algumas das suas preocupações. Partilhamos do facto deste pavimento, se assim podemos chamar estar a um nível inferior ao da área circundante, de ter areia grossa o que causa algumas dificuldades de mobilidade e até uma das questões que apresentamos à senhora arquiteta no dia em que fizemos a entrega do parque a é que ele não contempla algo que para nós é um ponto importante que é o acesso a crianças com mobilidade reduzida.

É um dos temas que temos para tratar com a senhora arquiteta, de modo a tentar encontrar uma solução para este aspeto, que causa aqui algumas dificuldades, ainda assim compreendemos que o parque tem sido muito utilizado, os parques infantis e ainda nem todos percebo percebemos, eu próprio não tinha percebido que o objetivo do gabinete de arquitetura foi criar um parque para crianças e um parque para adultos. Sendo que o parque se tivermos virados de frente para o parque, o parque da direita será para crianças e o parque da esquerda, portanto mais próximo do Montalvão, terá sido na sua génese e na sua concessão criado para a utilização de adultos. Como em cada um de nós também à uma criança, acredito que essas crianças um dia se possam divertir nesse parque.

No que diz respeito ao acesso à avenida de Zhuhai é algo que não me tinha sido comunicado. Podemos também avaliar essa situação quando vier a senhora arquiteta para tentar encontrar alguma solução se ela tiver essa mesma solução.

Já no que diz respeito aos canídeos, recebi há poucos dias um e-mail a solicitar ao Executivo da Câmara Municipal que proibisse os canídeos no parque urbano do Montalvão, com um argumento que poderá ser aceitável, que é o parque canino mesmo ao lado do parque de Montalvão.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não tomaremos em nenhum momento, nem faz parte dos nossos objetivos ter intervenção dessa maneira. Fizemos isso sim, a colocação de uma forma quase imediata à abertura do parque à criação de dispensadores de sacos plásticos para a recolha dos dejetos dos animais, foram colocados 15 dispensadores de sacos e obviamente aqui, e podemos melhorar do nosso ponto de vista tornando mais explícito aquilo que são as regras de utilização deste espaço, nomeadamente alguma cautela que os proprietários dos cães devem ter essencialmente na utilização dos espaços verdes.

Os wc já falei sobre elas, não sei se temos alguma solução, vamos ver com a senhora arquiteta, se é possível aumentar. No início as pessoas também não sabiam onde é que os wc estavam colocados. Elas estão integradas no edifício onde irá ficar depois a parte do bar, mas penso que hoje já toda a gente sabe onde se encontram.

O Senhor Deputado Pedro Crisóstomo, fala-nos de ciclovias, de bicicletas, de mobilidade suave e da forma como estas, as bicicletas e ciclovias, transformam as cidades, tornam mais amigas do cidadão e do ambiente e ao mesmo tempo nos permitem reduzir o carbono que é hoje um problema das cidades e do mundo. Estamos de acordo Senhor Deputado!

Estamos de acordo relativamente à importância das bicicletas e até iríamos mais longe, se por exemplo um dia aqui quisermos discutir a proibição de trânsito de algumas ruas da nossa cidade. Lembro aqui uma tomada radical, a propósito do Natal de 2021, que alguém dizia que impedimos o trânsito em 30 metros da avenida Nuno Álvares. E nestas coisas é preciso também alguma coerência.

É preciso coerência relativamente àquilo que defendemos e é preciso coerência relativamente aquilo que são as nossas propostas. e é preciso coragem para tomar medidas e tomar medidas que tem tanto impacto na vida das pessoas e na vida das comunidades.

E já o disse também, nalgumas das situações, embora também já passou muito tempo, que temos duas ou três situações nas atuais ciclovias que causam dificuldades. Estão identificadas, já falamos sobre isso, a avenida Pedro Álvares Cabral, onde existe de facto essa dificuldade. Há na quinta da Violetas, entre outros exemplos, podia aqui apresentar vários, uma ciclovia que desemboca num parque de estacionamento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Há o problema para resolver na Rua José Palmeiro, em frente à Afonso de Paiva, onde não se conseguiu encontrar uma solução para essa mesma intervenção e há outro conjunto de iniciativas que temos que tomar para resolver este assunto. É verdade já passaram um ano e oito meses, é tempo suficiente para nós resolvermos esta situação e acreditamos que a vamos resolver e que a vamos resolver a bem.

Falou também das bicicletas partilhadas e do facto da Câmara Municipal ter um programa de apoio às bicicletas. Quase que não há nenhuma Reunião do Executivo onde não façamos à aprovação do apoio à compra das bicicletas. E aquilo que eu gostava de ver refletido, porque é possível andar de bicicleta na cidade, o que eu gostava de ver refletido era de ver no nosso dia a dia, e na intervenção sobretudo aqueles que forma apoiados com a compra das bicicletas, que as possam trazer para a cidade, que as possam utilizar na sua deslocação diária para o seu trabalho, para a escola ou para os espaços de utilização coletiva, de modo a que também o essa via, essas pessoas possam ser embaixadores se assim posso dizer do uso daa bicicleta e da promoção do uso da mesma.

O meu estimado amigo professor Joaquim Abrantes, trouxe aqui a questão da escola a tempo inteiro e refere o número que provavelmente causou algumas interrogações e até percebi alguns risos sarcásticos. Não precisamos de ter risos sarcásticos, acerca de um número, que é um número interessante e que é u número de participações durante um ano letivo que foi vivido de uma forma intensa com uma dedicação extraordinária de uma equipa também extraordinária durante dos três períodos letivos. Em prol do desenvolvimento das nossas crianças e da realização de um conjunto muito, muito significativo de atividades em que terão participado, esse número que aqui foi apresentado pelo professor Joaquim Abrantes. Ou seja, cada atividade foi contabilizada pelo número de participantes, que foi depois somado dando origem ao número que aqui foi apresentado.

O projeto escola a tempo inteiro, é um projeto que assumimos de forma muito consistente. É um projeto que avocou recursos financeiros e humanos muito, muito significativo. Envovemos neste ano 67 profissionais, com um custo económico ou monetário muito significativo e a realização de um conjunto de atividades também elas muito significativas e aqui respondia já à senhora deputada, Maria José Rafael senhora professora, estimada amiga, de facto quando olhamos para a floresta e apenas conseguimos ver a árvore despida de folhas, estamos a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ser injustos por um lado e estamos a ser redutores por outro lado. É que aquilo que tem sido a ação do município municipal ao longo deste ano e oito meses no que diz respeito ao apoio às famílias, vai muito além senhora deputada da devolução do IRS, ou da transferência do valor de cento e cinquenta euros por criança que frequenta as creches.

Trata-se de facto de uma intervenção pensada, uma intervenção que abrange todos, sejam aqueles que recebem muito, sejam aqueles que recebem pouco, ou quer-me dizer que a escola a tempo inteiro é um projeto que discrimina, é um projeto que se destina aos que tem muito e não aos que tem pouco. Ou ao contrário? Não. A escola a tempo inteiro é um projeto integrador que integra, promove e a todos dá a oportunidade de participar.

E é um projeto que inclui as crianças com menos meios e as crianças das famílias com mais posses, porque todas elas felizmente aderiram e acredito que no próximo vão aderir melhor a este projeto tão importante para ao nosso concelho e para a nossa região. E fala-nos da devolução do valor de refeições e fala-nos do facto de algumas das crianças já não estarem abrangidas por esse valor, porque são alunos do escalão A, ou do escalão B, e diz-nos que a devolução do IRS é uma medida que apenas se destina aos ricos ou aqueles que ganham mais, mas eu recorde-lhe senhora deputada que hoje um dos problemas mais dramáticos do nosso território e do nosso país, se prende precisamente social e económico, se prende precisamente com o facto de não estarmos a ser competitivos com outros países no que diz respeito à retenção e à fixação dos jovens quadros que acabam as universidades que querem ter filhos e que querem ter um vencimento, uns recursos financeiros adequados para viverem em Portugal e para viverem na nossa região.

De facto, o apelo aos ordenados pagos, na França, na Suíça, na Espanha e noutros países é um apelo com o qual temos dificuldade em lutar. É um apelo que coloca a nossa sustentabilidade económica e de recursos humanos em risco e é um apelo que pode inviabilizar o desenvolvimento económico seja no nosso concelho, seja noutros concelhos.

Acredite em senhora deputada que não é pelo facto de nós devolvermos o IRS às famílias de classe média que aqueles que são mais desfavorecidos são mais prejudicados, porque a camara municipal, como lhe disse, tem um conjunto de medidas integradas e integradoras que vão dos mais desfavorecidos, àqueles que tem mais possibilidades. E repito, a escola a tempo inteiro, como um projeto extraordinário de inclusão aquilo que é a devolução de valor das





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

refeições, o pagamento das creches e ais um conjunto de medidas tomadas por este executivo ao longo deste ano e oito meses e que teve, também é justo dizê-lo o apoio e o voto favorável do PSD que aqui apoiou estas medidas, penso também do MPT que aqui apoiaram estas medidas. São senhora deputada, opções, são opções que foram sufragadas pelos eleitores de castelo branco e nós não enganamos ninguém, quando nos apresentamos a eleições dissemos claramente que íamos devolver o IRS às famílias. Quando nos apresentamos a votos dissemos que íamos investir na escola a tempo inteiro, quando propusemos aos eleitores albicastrenses as nossas propostas para o concelho dissemos-lhe que pretendíamos intervir também nas creches e que pretendíamos também intervir naquilo que é o apoio às famílias. Estamos a cumprir com aquilo que nos propusemos e estamos a ser digamos, coerentes com aquilo que propusemos aos albicastrenses. No que diz respeito aos ATL e ao campo de férias, de facto não pretendemos com este ATL e campo de férias, discriminar, temos o número de vagas limitadas, disponibilizamos a inscrição para esse número de vagas e mesmo que tivéssemos condicionado as inscrições eventualmente aqueles que tinham insucesso escolar, de certeza absoluta que não conseguiríamos pela limitação do número de bagas incluir todos aqueles que queriam ser incluídos.

Temos os dados, não os tenho por números, mas sei que nos números de meninos e meninas, que participam no campo de férias, há alunos do escalão A e do escalão B, e á alunos que não são do escalão A e do escalão B. E eu, percebo alguma coisa de educação, se calhar não percebo tanto o com gostaria, que percebo alguma coisa de educação e daquilo que é a forma como devemos educar e devemos apoiar as nossas crianças no seu desenvolvimento e na sua valorização, sempre defendi que nada melhor para que esse crescimento se também ele social se faça do que integração. Felizmente faço parte dos quadros de um agrupamento danosa cidade, que tal como todos os outros agrupamentos, seja o agrupamento escolas Afonso Paiva, Nuno Álvares, Amato Lusitano, ou já Sanches de Alcains, tem tido uma política educativa de inclusão dos alunos com mais dificuldades nas mesmas turmas dos alunos que tem tido melhores resultados, de inclusão dos alunos de etnia cigana nas turmas onde estão os alunos que não são de etnia cigana e tenho a consciência que esta integração e esta inclusão, tem valorizado o nosso território, te m valorizado a escola e tem dado resposta ás necessidades da nossa população de forma que considero muito, muito, mas muito positiva.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E sou eu, que de Educação não percebo muito, mas percebo alguma coisa.

Senhor Presidente da junta de freguesia de Monforte da Beira, coloca aqui duas ou três questões. Fala sobre o S. João de Monforte da Beira que foi de facto, mais uma vez um evento marcante daquilo que são as tradições e o património cultural e material do nosso território. Tive a oportunidade de estar em Monforte da Beira num dos dias, infelizmente não estive tanto tempo como gostaria, mas pude perceber em mais esta participação, a forma sentida e ao mesmo tempo a forma como se valoriza em Monforte da Beira o S. João e a tradição que a ele está associado.

Tive também a oportunidade do falar com o festeiro cessante e com ainda umas trocas breves de palavras, relativamente ao festeiro que vai iniciar a sua atividade e percebi a emoção que cada um deles vive o S. João, a mobilização que faz junto dos familiares, amigos e da comunidade para que o S. João seja uma festa e vi também a forma emocionada como um dos jovens trabalhadores da freguesia de Monforte da Beira, que o Senhor Presidente e muito bem teve a ousadia de promover um projeto de inclusão vibra com o S. João e com aquilo que ele representa. Estamos senhor presidente a valorizar as nossas tradições, a nossa cultura e o nosso património e que é das coisas mais importantes de um povo e da concretização desse mesmo povo.

No que diz respeito ao assunto que aqui colocou dos limites do Parque do Tejo Internacional, de facto o aviso esteve em consulta pública, está ainda em consulta pública e foi divulgado, já aqui foi referido pelo senhor deputado Francisco no município e foi divulgado também noutros meios. Provavelmente não fizemos a divulgação que devíamos, provavelmente não.

Agora aquilo que porque nos debateremos é que o parque do Tejo internacional nunca venha a ser um entrave ao desenvolvimento, porque o objetivo de um parque é antes pelo contrário seja promotor de desenvolvimento, seja promotor de oportunidades e que seja promotor também de valorização dos territórios, ao mesmo tempo que preservamos esses mesmos territórios.

Falou sobre a fibra, falou sobre a reunião com a ANACOM, que tivemos há um ano atrás, estamos em momentos de intervenção diferentes, á uma intervenção em curso em três ou quatro freguesias, que é a freguesia de Alcains, São Vicente da Beira, Sarzedas e Alameda, esta intervenção está a ser feita pela empresa ADS Telecom que foi a vencedora de um concurso no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

âmbito das licenças do 5g ou 4G que ocorreram anteriormente. Na altura em que conversamos dissemos-lhe que tínhamos e também conversamos com a ANACOM que aqui esteve nessa reunião. Mostramos-lhes o nosso objetivo de cobrir o concelho com a fibra, é de facto um objetivo fácil de concretizar, mas acreditamos teremos condições para paulatinamente dar resposta também a esta necessidade.

Professor Joaquim Faustino, fala sobre o tribunal administrativo em Castelo Branco, de facto caro deputado municipal Joaquim Faustino, às vezes desvalorizamos aquilo que é pequeno, ou tentamos valorizar aquilo que é pequeno e desvalorizar ainda mais aquilo que nos distingue. Houve um acorrida, se assim posso dizer por um conjunto de municípios no que diz respeito ao acolhimento do tribunal central administrativo, são conhecidas as declarações públicas de um colega presidente e de camara numa reunião de executivo e de uma forma que não queria adjetivar de outra maneira, mas pelo menos pouco simpática como se dirigiu ao concelho e à cidade de castelo branco, mas o que é certo é que a decisão é uma decisão que veio ao encontro dos nossos objetivos de termos também aqui instituições fortes e que valorizem este território.

Depois a senhora deputada Maria José, já respondi acerca das questões que aqui coloco. Ah, deixe-me referir uma coisa sobre as piscinas... Há de facto formas diferentes de fazer política e formas diferentes de os posicionarmos no que diz respeito à política, e aquilo que é a manipulação da opinião dos cidadãos em política. Aumentamos o preço de entrada nas piscinas em 1 €, é verdade, não eram aumentados estes preços desde 2012. Durante este período de tempo as despesas aumentaram de forma significativa e hoje até depreciação das instalações das piscinas municipais um conjunto de intervenções que precisamos de fazer e que precisamos também de olhares atentos para essa mesma intervenção. Mas, á coisas que não sabe, que os monitores da piscina coberta quando foram confrontados com o COVIDE e, foram todos corridos para casa e não receberam nada pelo facto de terem sido apanhados por uma pandemia que os deixou sem rede e sem sustento e também não sabe que também fazem um trabalho extraordinário na formação dos nossos jovens ao nível da natação foram aumentados e bem, pouco mas foram aumentados por nós em 1,50 € por hora de formação. Era uma reivindicação muito antiga, que ao contrário de lhe ser atendida, teve precisamente o efeito contrário o valor de um trabalho que nós queremos digno que queremos responsável e queremos respeitado, foi antes pelo contrário foi diminuído. E na também aqui estamos a fazer justiça para com esses



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

profissionais que dão muito do seu tempo na formação destas crianças e estamos também a fazer alguma justiça no que diz respeito atualização dos vencimentos dos trabalhadores da Albigeç que há muito tempo não era atualizado. Portanto temos também que ver as outras perspetivas e as outras formas de olhar o território a intervenção do território e de valorizar cada uma e cada um daqueles que com o seu contributo acabam por ser também promotores de desenvolvimento.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malpica, trouxe-nos também aqui o festival Zeca Afonso, tive a oportunidade de estar em Malpica durante os dois dias do festival e aquilo que disse, relativamente ao S. João, de Monforte da Beira, refiro também no que diz respeito ao festival Zeca Afonso em Malpica do Tejo, que é um evento que se afirmou e que nos valoriza.

A senhora Deputada Ana Cristina Lourenço, fala-nos sobre a atribuição de subsídios às associações, sejam elas culturais, sejam elas desportivas. Devo-lhe dizer senhora deputada, que nunca como com este executivo se apoiou tão fortemente as nossas associações e nomeadamente as associações desportivas e se fez um apoio que é um apoio que hoje já está a dar resultados ainda á poucos dias tive a oportunidade de receber aqui no salão nobre a equipa campeã nacional de 3ª divisão de futsal que veio celebrar a esta casa, a esta instituição a Câmara Municipal a vitória nesse mesmo campeonato, podia lhe falar dos resultados alcançados pela Albigym e a Zakigim podia lhe falar do resultado extraordinário alcançados pelo ADA, podia lhe falar nos resultados do andebol, podia lhe falar na cerimónia de homenagem aos jovens atletas do desportivo de castelo branco e que teve lugar na Quinta das Pedras, e onde estavam centenas de crianças, centenas de pais e familiares dessas crianças. Portanto podia-lhe falar dos resultados objetivos de apoios que foram atribuídos pela camara municipal, que permitem a prática desportiva a mais jovens, que permitem a obtenção de melhores resultados, ou de resultados que não eram alcançados á muito tempo e que também por esta via valorizam castelo branco e valorizam o nosso desenvolvimento.

O Senhor Deputado Francisco, falou também sobre o parque do Montalvão, tema que eu já me tinha referido.

### **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto 1 - Appreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29/06/2023

### Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) **Situação financeira em 19/06/2023:**

i) **Saldo de Operações Orçamentais** – €47 605 469,54

ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – €3 361,34

iii) **Valor em dívida em 19/06/2023** – €954 899,40

iv) **Outros:**

- **CMCB** – Ver anexo I.

- **SMCB** – .....

d) **Reclamações:** Nada a assinalar.

e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.

**Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

**Presidente da Câmara Municipal** - Enviámos aquilo que foi a síntese da atividade sobre município desde a última assembleia municipal, é um extenso documento, que tenho que agradecer a forma como cada uma das divisões e departamentos contribuem com o fornecimento de dados e depois a síntese feita pela Sr.ª Dr.ª Deolinda, que durante vários dias, corrigiu e apresentou essa informação.

É uma informação transversal às diferentes áreas de intervenção do município, que visam dar nota daquilo que decorreu durante este período tempos e que como podem verificar muito muito aquilo que se fez, neste 3 meses ou pouco mais de 3 meses que medeiam estas duas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

assembleias municipais, por isso não me vou centrar nesse documento, responderei às questões que me quiserem colocar, queria aqui fazer duas ou três referências a alguns aspetos que são importantes, por um lado esclarecer, por outro lado valorizar.

1º um esclarecimento, e é um esclarecimento que tem causado algum incomodo e tem também causado alguns comentários e naqueles que vivem na cidade.

E refiro concretamente, á existência em algumas artérias da nossa cidade de mais ervas que é habitual e dizer-vos que isto resulta de uma opção do município de castelo branco, não é a opção de termos mais erva, mas é uma opção de gestão do espaço público e da forma como entendemos a gestão desse espaço público.

Foi decisão do município de castelo branco e também dos serviços municipalizados, não utilizar erva no combate às ervas.

Fizemos-no-lo de forma consciente que teríamos duas consequências

Uma 1ª consequência é que iremos ter que ter muito mais ação nas ruas para cortar essas mesmas ervas, que esse é um trabalho mais difícil e mais demorado, ainda para mais este ano em que tivemos á pouco tempo chuva que veio potenciar o crescimento dessas mesmas ervas, mas fizemo-lo também conscientes de que este é um caminho que temos que seguir em defesa da saúde pública, em defesa do ambiente e da sustentabilidade ambiental.

As recomendações relativamente a este aspeto são claras, a proibição de utilização de alguns herbicidas, são também claras, sendo que outros são permitidos e são utilizados por muitos municípios. E são utilizados de forma legal por muitos municípios. Nós optamos por não utilizar herbicidas. Repito fizemo-lo com a que isso iria obrigar a um maior esforço por parte do município e dos serviços municipalizados no combate às ervas e fizemos com a consciência que estamos aqui a dar um exemplo de sustentabilidade e de uma intervenção responsável no espaço que temos que gerir.

Também deixar aqui a nota, que muitos municípios ou alguns municípios por essa europa fora, que simplesmente não cortam as ervas. E também não o fazem também de forma consciente porque é entendimento daqueles que dirigem esses municípios, assim como também é o nosso, que a erva não é lixo. E que a erva à sua maneira também contribui para a diminuição da pegada do carbono e também contribui por essa via pra uma maior sustentabilidade ambiental.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não é agradável ver os passeios e algumas ruas com erva, nós temos serviços externos contratualizados e temos também a intervenção dos serviços do município e dos serviços municipalizados e aquilo que aqui apelo é que haja alguma compreensão, aliás lembro-me de várias publicações, no Facebook não há muitos anos de algumas pessoas que até costumam ter alguma intervenção no que diz respeito a esses assumptos a criticar a utilização dos herbicidas e o facto de eles serem aplicados, não irei criticar os municípios que o fazem, antes pelo contrário respeito todas as decisões, mas a nossa decisão no que diz respeito a esta temática é aquela que vos acabo de comunicar.

Depois queria referir a um aspeto que já aqui foi trazido pelo Senhor Deputado Francisco Lopes e que tem a ver com a decisão da comissão portuguesa da Unesco, relativamente à candidatura de castelo branco às cidades criativas da Unesco. Como sabem é um projeto e é uma proposta que faz parte dos objetivos da camara municipal, como podem perceber estamos de forma consistente e continuada a cumprir com os eleitores albicastrenses e que foi entregue há poucos dias a candidatura e já tem uma deliberação.

E passava a ler-vos a carta do Senhor Embaixador José Filipe Morais Cabral, que é o embaixador de Portugal, responsável também por esta comissão e a carta dirigida à Unesco.

Carta de apoio à nomeação de Castelo Branco, cidade criativa de artesanato e artes populares.

“A comissão portuguesa para a Unesco, vem por este meio apoiar a nomeação de castelo branco como cidade criativa do artesanato e das artes populares, no âmbito do programa rede cidades criativas da Unesco. Castelo branco é a principal cidade da beira baixa, no interior centro de Portugal, como uma cultura rica e variada englobando expressões contemporâneas e populares, os produtos regionais centenários são muito apreciados, especialmente as colchas com padrões coloridos, bordados com seda, produzido localmente.

Para combater o despovoamento e o envelhecimento da população, novos paradigmas de desenvolvimento estão sendo implementados a partir dos bordados um dos bens mais distintivos da cidade, fomentando assim a diversidade, a tecnologia, a sustentabilidade, a inclusão social e a regeneração urbana.

A capacidade de inovar e apostar no futuro tem permitido a castelo branco alcançar um desenvolvimento sustentável baseado no artesanato que tem beneficiado tantos os seus cidadãos, como quem visita a cidade.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A comissão portuguesa para a Unesco tem, portanto, o prazer de apoiar a nomeação da cidade, como cidade criativa do artesanato e artes populares.

Lisboa, 26 de junho de 2023

O Presidente da Comissão

O Senhor Embaixador José Filipe Morais Cabral”

Como dizia esta é uma proposta eleitoral do partido socialista, que agora vê dado um passo significativo e importante. Estamos na reta final desta candidatura com a apreciação pela Unesco e depois uma deliberação. Nós tivemos sozinhos nesta corrida, antes pelo contrário, houve um conjunto alargado de cidades portuguesas que se candidataram às cidades criativas da Unesco, sendo duas aquelas que foram propostas pela comissão nacional da Unesco.

Foi uma caminhada longa que envolveu um conjunto de pessoas mais direcionadas nessa candidatura, nomeadamente o SR Vice-presidente, que coordenou essa equipa e que ocupou muito do seu tempo como Vice-Presidente, na coordenação e também no desenvolvimento da mesma.

Podia também falar d Deolinda, da Fernanda, do João Campos que, entretanto, saiu da Câmara Municipal. Não podendo naturalmente, deixar de aqui referir o Senhor Professor Carlos Medeiros que foi corresponsável pela empresa de consultadoria que nos apoiou nesta candidatura.

Para além das pessoas que aqui distingui e a quem temos de deixar aqui os nossos créditos, queria ainda referir aqueles que fazem parte das diferentes comissões, da comissão de honra, da comissão consultiva, aos muitos mais ou menos anónimos que subscreveram a carta de princípios, aos que assinaram as declarações de apoio, aos que participaram nas diferentes iniciativas, cada um de sua forma acabou por apoiar e acabou por dar o seu contributo nesta candidatura.

Não podia também deixar de o fazer publicamente, de deixar um agradecimento ao nosso presidente do conselho de honra, ao senhor Presidente Ramalho Eanes, que desde a 1ª hora se mostrou disponível para liderar esta comissão, e que se tem ao longo deste tempo mostrado também muito empenhado no resultado da mesma candidatura, que ainda há poucos dias me ligou a questionar o processo e o seu desenvolvimento e a quem eu já tive a oportunidade de telefonar, para conversar com ele acerca desta decisão da Unesco. Não.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não estamos no fim de uma corrida, ou de uma prova, ultrapassamos uma etapa que era uma etapa importante e estamos agora a jogar a liga dos campeões. Independentemente do resultado que se venha a ter da Unesco, o facto de termos apresentado esta candidatura é valorativa do bordado de castelo branco, daquilo que é e voltamos ao património, à memória e à tradição do nosso território e acreditamos também que esta candidatura e aquilo que ela promove possa ser potenciadora demais, se assim posso dizer, com o negócio relacionado com bordado e com a produção do bordado de castelo branco.

Está também a decorrer uma ação de formação para novas bordadeiras que em breve irão fazer a sua formação prática em contexto de trabalho, mas temos todos que lutar para que o bordado de castelo branco se afirme e ao mesmo tempo porque isso também é importante, isso também é fundamental para que o bordado de castelo branco seja também um aspeto que valorize a economia local nas suas múltiplas intervenções.

Temos as bordadeiras do centro interpretação do bordado de castelo branco, que vão dando resposta às iniciativas ou aquilo que são as necessidades do centro de interpretação, posso dizer aqui, embora não possa ainda divulgar que há mais de 1 ano que estamos a trabalhar num grande projeto de grande fornecimento de três painéis de grande dimensão a uma instituição internacional, muito, muito, muito conhecida, apenas não divulgo o nome porque não me é permitido pelo cliente. Se assim o posso dizer, mas que consiste em 3 painéis com 1,5 M por 5 M de comprimento e que vão ocupando de uma forma muito positiva as nossas bordadeiras é quase de certeza de bordado de castelo branco nos últimos anos, em muitos anos e é um caminho que pretendemos dar continuidade tendo presente o bordado a sua valorização e a sua afirmação como também como promotor de desenvolvimento económico.

Para além das bordadeiras, que trabalham no centro interpretação de interpretação do bordado, também não podemos esquecer porque isso seria injusto as muitas bordadeiras que fazem o seu trabalho de forma particular que às vezes também tem algumas dificuldades colocar o produto do seu trabalho no mercado, mas que tem também o trabalho de muita qualidade que temos que reconhecer e que temos que valorizar.

Mais uma vez reafirmo aquilo que disse logo no início desta intervenção, foi um trabalho de persistência de grande resiliência e na pessoa do SR vice-presidente reiterar os nossos agradecimentos a este trabalho e à forma como ele se concretizou, e aos resultados que temos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

para já. Agora todos nós devemos ser intervenientes, todos nós devemos fazer cada um á sua maneira, esta promoção, porque ao promover o bordado, estamos a promover castelo branco e estamos a promover a nossa cultura a nossa tradição e também a valorização económica do concelho e do território.

Fico por aqui em termos de informações, muito mais haveria a dizer, mas também não quero estar aqui a repetir aqui tudo aquilo que está no relatório que vos apresentamos e como disse estou inteiramente disponível para responder às questões que queiram colocar.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - Senhor Presidente nada tenho a opor, em relação ao relatório, mas queria fazer-lhe de uma forma muito cirúrgica duas questões, uma vez que vem aqui no próprio relatório de atividades, a primeira é sobre a requalificação ao nível da iluminação, vem aqui a questão da Freguesia da Mata, que já foi, eu queria saber se isto já está extensível a todo o território municipal ou em que fase é que está a tal mudança que nos prometeu em termos de led e se isto, repare que eu tive já essa intervenção e porque e até mesmo o próprio município se comprometeu que até ao final do seu mandato reduzir estes gastos energéticos importante estamos nesta via em sintonia. O outro aspeto de requalificação é das infraestruturas em relação a arruamentos, manutenção, pavimentação, a cidade necessita e eu já tive aqui o caso de muitas zonas, sei que há algumas equipas eu próprio vejo-as logo de manhã a trabalhar, mas necessita de uma foram sectorial e maior efetividade, por exemplo no Montalvão quando há chuvas e trovoada, por exemplo aquela rua do Panamá inunda, provoca alguns prejuízos, às pessoas que lá habitam.

E por isso mesmo que há que prever isso e os serviços técnicos desta camara possam efetivamente o que se passa, não é só uma questão de limpeza, mas também uma questão de inclinação, também em termos de requalificação está na hora sr. presidente em relação ás zonas verdes, agora que já ampliamos , mas o que eu vejo é que há algumas zonas verdes, tem que obedecer a um plano estratégico de zonas verdes, já aqui falamos daquilo e valorizei aquela questão do aproveitamento das águas residuais, penso que castelo branco, tem que ser castelo branco verde e por isso mesmo tem que ter essa etiqueta e essa etiqueta temos que fazer uma questão holística conjunta porque não posso dizer aqui que há parques de estacionamento, por exemplo na zona dos bordados em que as árvores não crescem já há mais de vinte anos e que aquilo são temperaturas bastante elevadas, que não só causam aos moradores daqueles edifícios



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

como para quem lá coloca o estacionamento. E quem diz esse, muitos, para não falar em questões de intervenção já imediata de alguns bairros e de algumas zonas suburbanas que a camara deve estar muito atenta nessa requalificação, por último ouvi falar e é verdade e tenho que lhe dar os parabéns. E penso que temos que apostar forte não é só pela candidatura de Castelo Branco em termos de cidade artística europeia que se deve criar já não cursos de formação, mas sim um a escola de formação para os bordados.

E fica aqui o desafio, e essa escola que possa efetivamente ser aquilo que é a nossa imagem, já que temos uma etiqueta, uma qualidade de saber estar, que ao nível nacional não fique só lá para o norte que também venha também cá para o centro porque nós também temos essa identidade cultural e temos que a saber preservar e ser motor para o desenvolvimento e deixo aqui essa pretensão. Porque como sabe Sr. Presidente, tem muitos imóveis aí onde pode ser instalada e pode ser ampliada, nem que seja só de tempos livres, nem que seja só para isso.

Porque também temos que ver isso, que às vezes esta forma de formar os jovens para esta sensibilidade do bordado de castelo branco é uma consciência ambiental por um lado, mas também uma consciência formativa naquilo que nós temos, naquilo que já me ouviram falar de uma cidade educadora que queremos para Castelo Branco.

Qualquer forma os meus parabéns ao sr. vice-presidente por este empenho, vamos um bocadinho mais longe, esperamos que sim que sejamos contemplados por esses bordados.

**Armando Lopes Ramalho (S-MI)** - Começo por saudar a intervenção do senhor presidente da camara, em que nos deu uma perspetiva da situação e do ponto de situação da candidatura à Unesco do bordado de castelo branco. E é um pouco nesse âmbito, é dessa saudação que tem haver um pouco com a crítica que eu faço ao relatório que nos é apresentado e é exatamente isso também que eu quero fazer.

Os diversos grupos representados na assembleia municipal de castelo branco, por diversas vezes tem felicitado o senhor presidente da camara pela apresentação regular da atividade municipal. Hoje no âmbito do ponto nº 1, da ordem de trabalhos temos a oportunidade de apreciar a atividade municipal relativa ao dia 1 de abril, até ao dia 31 de maio, do presente ano. Permitam-me os meus colegas e o senhor presidente de discordar da apreciação que foi feita, de facto consideramos que a atividade apresentada no relatório em apreciação é importante



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

em termos genéricos para os munícipes em geral e conseqüentemente também para a assembleia municipal, mas meramente informativa e versa atividade que no nosso entendimento não é o âmago das competências da assembleia. Das 191 páginas do relatório referente às atividades da camara municipal de castelo branco, referência a estes dois meses, não se encontra uma palavra referente aos esforços que foram realizados para cumprir as promessas eleitorais do executivo socialista, nomeadamente no que se refere à disponibilização de habitações, á requalificação da zona histórica do castelo, á captação de novos investimentos e atividade económica para o nosso concelho.

Neste último aspeto em concreto, nada é referido sobre os esforços e terão sido muitos que foram feitos e estarão a ser feitos para captar novas unidades de saúde privada para castelo branco.

Senhor Presidente, para que possamos apreciar e avaliar a atividade do executivo é importante informações com a que deu previamente e por isso eu o saudei, é importante que sejamos informados de toda a atividade, nomeadamente de ordem política e estratégica e não da atividade corrente.

Todos conhecemos a grande concorrência pela captação de grande investimento aos mais diversos níveis, pelo que temos consciência que nem todas iniciativas tem sucesso. Mas serrilha importante termos conhecimento dessas iniciativas através dos órgãos competentes do município. Seria importante por exemplo que esta assembleia tivesse conhecimento das razões ou dos eventuais estudos que levaram o executivo a não honrar o seu compromisso perante terceiros, de constituir a academia de futebol na escola superior agrária, requalificando as instalações desportivas aí existentes, aproveitando o investimento feito e a realizar pelo Instituto Politécnico de castelo branco.

De facto, esta decisão tinha sido anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara na comunicação social, em concreto na tribuna desportiva em 17 de março de 2022. Afinal veio-se dar o dito pelo não dito e na reunião do executivo municipal do dia 18 de maio último foi aprovada a nossa localização, desta vez na pista de atletismo da zona de lazer.

Senhor Presidente, já referimos aqui perante esta assembleia que na situação atual, consideramos muito importante que o executivo gere confiança junto dos munícipes, dos agentes económicos e das instituições.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não nos parece que uma decisão desta natureza, em que se rompe com um compromisso previamente com a federação portuguesa de futebol, com a associação de futebol de castelo branco e com o Instituto Politécnico de castelo branco, vá contribuir para gerar a confiança tão necessária para o desenvolvimento foi nosso concelho.

Sem conhecermos qualquer estudo que suporte esta decisão, é para nós difícil compreensão a concentração de campos de futebol que se preconiza para a zona de lazer de castelo branco. Irão ser construídos mais 2 campos de futebol, acrescer aos 4 que já se encontram nessa zona. Opta-se por se construir de novo, ao invés de uma solução mais sustentável que seria a requalificação do recinto desportivo existente na escola superior agrária. Opta-se pela concentração de campos de futebol, numa zona que devia ser mais harmoniosa diversificada e propicia ao lazer ao invés de aproveitar por exemplo este investimento para reequilibrar a cidade e disponibilizar equipamentos desportivos em zonas tradicionalmente mais desfavorecidas.

Senhor Presidente, como referi no início, seriam estes tipos de atividades, estes pareceres, estes estudos as opções que consubstanciam as estratégias de desenvolvimento do nosso conselho que também gostaríamos de ver versados no relatório de atividades.

**Pedro João Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Lourical do Campo)** – Hoje trago aqui dois temas com algumas perguntas, porque me gerou alguma confusão depois de uma reunião que tivemos aqui na Câmara Municipal. Tem a ver com os Multibancos, é uma pergunta recorrente, mas temos de saber em que ponto da situação é que está a situação dos Multibancos na construção dos bunkers, e das rendas. Perguntamos se a Câmara vai fazer um procedimento só para a construção dos bunkers e na situação das rendas perguntamos se a Câmara vai fazer um procedimento concursal para a construção dos bunkers e outro para a renda...

**Presidente da Assembleia Municipal** – Senhor Presidente, deixe-me só aqui esclarecer aqui uma questão. Estamos no ponto 1, na Atividade Municipal e situação Financeira do Município, o que o Senhor está a fazer, é uma intervenção que deveria ter feito no Período de Antes da Ordem do Dia.

Estamos a discutir a atividade municipal a partir de um relatório e de uma intervenção que o Senhor Presidente fez.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor pode continuar, mas para a próxima vez não lhe permitirei esta intervenção, estamos a tratar de um assunto específico.

**Pedro João Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Lourical do Campo)** – Eu tinha aqui outro assunto que tem a ver com radicação da Acácia na Serra da Gardunha, penso que tem a ver com a atividade da Câmara Municipal.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Na opinião da Mesa é que essa questão descontextualizada. Essa intervenção faz parte do Período de Antes da Ordem do Dia.

Nós estamos a apreciar uma Informação sobre Atividade Municipal e situação Financeira do Município, baseado num documento que foi apresentado à Assembleia e baseado numa intervenção prévia que o Senhor Presidente da Câmara fez.

**Pedro João Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Lourical do Campo)** – Senhor Presidente o Período da Atividade Municipal também tem a ver com a atividade que se faz nas freguesias. Até porque a minha questão ao Senhor Presidente da Câmara, não é nenhum ataque ao Senhor Presidente, mas sim uma questão prática e mais de prevenção à Câmara Municipal.

Não vou falar sobre este assunto. Obrigado.

**Presidente da Câmara Municipal** - De facto, este ponto está claro, apreciar uma informação do presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade municipal e a situação financeira do Município.

O Presidente da Câmara, nunca se negará a responder a nenhuma questão, mas concordo com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que existe um Período Antes da Ordem do Dia e existe um Período da Ordem do Dia, assim adulteramos isto tudo e já não vale nada, e há que respeitar aquilo que está no Regimento e há que respeitar aquilo que são as regras que estão instituídas.

Senhor Professor Doutor Ernesto Candeias Martins, caro amigo e Deputado Municipal, agradeço a sua intervenção e registo a forma como também se revê na Candidatura de Castelo Branco às Cidades Criativas da Unesco.

Relativamente à formação, como lhe disse estamos a desenvolver uma ação de formação em conjunto com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco (IEFP), não descurando e já lancei um repto publicamente ao Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco e ao Senhor Diretor da Escola de Artes de Castelo Branco, para que eles próprios





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

também tenham uma intervenção através dessas escolas no que diz respeito a esta estratégia de valorização e também de formação no que diz respeito ao Bordado Castelo Branco.

Senhor Deputado Professor Doutor Ramalho, na política às vezes também é preciso ter história e memória. Se tivesse história, saberia que aquilo que aqui estamos a fazer é único, é único em termos de informação prestada a uma Assembleia Municipal, pelo Presidente e Executivo Municipal. E foi connosco, pela primeira vez que foi fornecida a informação que é transversal a todas as áreas de intervenção da Câmara Municipal, dos seus Dirigentes, do Executivo, e dos seus funcionários.

Se tivesse memória, saberia que muitas foram as intervenções nesta Assembleia Municipal que apelaram a que se fizesse precisamente isto, que esta informação, fosse fornecida aos Deputados Municipais de forma como está prevista na legislação. Mas, também não deixarei de lhe fornecer informação que o Senhor Deputado aqui solicita.

Como o senhor sabe, a captação de investimento não se faz na praça pública, não se faz nas esplanadas e nos cafés, não se faz em conversa de amigo nos passeios da cidade e não se faz também com a maledicência que às vezes está por trás de alguns comentários. E também não se faz nas páginas dos jornais, deixando a ideia de que estamos a deixar passar comboios e depois metemos travão a fundo nesses comboios para que efetivamente não passem, voltem para trás e não tenham nenhuma consequência no território e no Município que lideramos.

Pode estar descansado Senhor Deputado, o Executivo que lidero, todos os dias trabalha em prol do desenvolvimento de Castelo Branco e em prol da captação de investimento.

Ainda há poucos dias foi público que aqui tivemos a presença do Senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa e Digitalização, que pôde visitar várias instituições da nossa cidade, várias empresas, e que teve a oportunidade de participar numa reunião que quisemos restrita com alguns daqueles que se propõem trazer investimento para Castelo Branco. Como lhe disse, a captação de investimento não se faz na praça pública e o Executivo de Castelo Branco está muito atento aos travões que querem colocar naquilo que é a sua atividade e está também a trabalhar diariamente em prol do desenvolvimento deste território e da criação de melhores condições de vida para este mesmo território. É aqui que volto àquilo que já reportei à Senhora Professora Maria José, a criação de condições que para os mais jovens possam aqui ficar, aqueles que acabam os seus cursos superiores em Castelo Branco, Coimbra, Lisboa,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

possam ver em Castelo Branco uma terra de oportunidades, e não estejam tão sujeitos aquilo que é a atração de outras localidades e também outros países na concorrência de que fazem a Castelo Branco e às regiões mais próximas de Espanha.

Fique sossegado, vá acrescentando memória e vá também fazendo história e daqui por um tempo, provavelmente encarará estas coisas de forma diferente, porque a verdade seja dita, todos temos de passar pelas coisas para as percebermos com a sua verdadeira intensidade e também seu verdadeiro significado.

Não queria que com a não conformidade da intervenção, e com o regulamento me impedisse de dar duas respostas.

Efetivamente, há uma decisão da instalação de Caixas Multibancos nas Freguesias. É verdade e há também o nosso compromisso, relativamente, a isso, mas também há o nosso compromisso relativamente à gestão mais adequada dos recursos económicos que vêm colmatar essa necessidade. Há muito tempo que venho conversando com o Senhor Presidente da ANAFRE, do Conselho Diretivo da ANAFRE, que sei que há bastante tempo que está a negociar um protocolo que tem como objetivo a instalação nas Freguesias de Caixas Multibanco. Por aquilo que conheço dessa negociação e protocolo que está e vias de ser aprovado, as condições são negociadas para o país e podem vir a permitir, veremos depois da conclusão destas iniciativas se assim é, ou não, poderão vir a permitir situações vantajosas para o Município e para aquilo que é a gestão do mesmo.

E falando de gestão, não podia deixar de me pronunciar sobre a Academia de Futebol e sobre algo que considero pouco abonatório para Castelo Branco e para o seu desenvolvimento que que é a politização do Instituto Politécnico de Castelo Branco e das soluções da Câmara Municipal, relativamente, ao Instituto Politécnico de Castelo Branco. Já o disse aqui, em reuniões de Câmara e noutros momentos, que o Presidente da Câmara Municipal não politiza a sua relação com as instituições. A Câmara Municipal tem por obrigação defender o Concelho de Castelo Branco e o desenvolvimento do Concelho.

A escolha do local para a instalação da Academia de Futebol, está a ser politizada pelo Movimento Independente Sempre. Mas, não faço disto uma questão política e não é nenhuma ação que não poderia ser, relativamente, ao Instituto Politécnico de Castelo Branco, é sim, uma avaliação que foi progressiva das condições e que nos levou em conjunto com o Senhor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Federação Portuguesa de Futebol e com o Senhor Presidente da Associação de Futebol de Castelo Branco, é decidir por um espaço que inicialmente não é o mesmo que foi considerado, mas que visa acautelar os interesses de Castelo Branco e visa potenciar uma zona francamente importante em termos da prática desportiva e da ocupação de tempos livres e atividades de lazer que entendemos que fica valorizada desta maneira. Refere o Senhor Deputado um estudo. Então traga-me o estudo da Agrária, diga quanto custa, o que é necessário para o intervir, como é que resolvia a questão da posse dos terrenos, como é que resolvia a intervenção da Câmara em terrenos que não são seus, do tempo que isto levava.

Diga-me onde é que está o seu estudo, Senhor Deputado? Confronte esse estudo com aquilo que vai ser a realidade da valorização da pista de atletismo, da construção de uma bancada á muito tempo desejada e necessária que vai permitir a utilização, tanto para o atletismo, como para o futebol e outros desportos. Diga-me onde é que nós estamos a defraudar, onde é que estamos a diminuir aquilo que é a capacidade de intervenção da Câmara Municipal, ou a prejudicar a Câmara.

Senhor Deputado, o Instituto Politécnico de Castelo Branco é das instituições mais importantes do nosso Concelho, terão sempre da parte do Presidente da Câmara e do Executivo da Câmara, a defesa do Instituto Politécnico e dos seus interesses por tudo o que representa. Mas, tal como sou Presidente de Câmara, também aqueles que estão hoje a liderar o Instituto Politécnico de Castelo Branco, ou as escolas, são Presidentes ou Diretores. Estamos, porque em determinado momento alguém entendeu que devíamos estar, porque temos legitimidade daqueles que nos elegeram. E não podemos, não o quero fazer e espero que ninguém o queira fazer, politizar algo que é tão importante, uma instituição com a relevância, a importância como é o Instituto Politécnico de Castelo Branco.

**Armando Lopes Ramalho (S-MI)** - Obrigado pelos seus esclarecimentos, no entanto, considero que não estou devidamente esclarecido.

Quanto á questão política e politização do Instituto Politécnico de Castelo Branco, embora represente, embora nesta Assembleia não, e trabalho no Instituto Politécnico de Castelo Branco, é uma das instituições que represento na nossa sociedade, não sou responsável para responder a essa questão, com certeza que as pessoas mais avalizadas assim o farão.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Relativamente, à questão que me pediu sobre os estudos, para apresentar estudos, Senhor Presidente foi exatamente isso que pedi.

É que a questão é esta, o Senhor Presidente tinha tomado uma decisão, quando voltou atrás com a decisão que tinha tomado e tinha tornado pública, com certeza disse que era baseado em estudos e pareceres e quando se está a alterar uma decisão é que são precisos os estudos, creio que não sou e que tenho de apresentar estudos, terá de ser o Senhor. E quem pergunta pelos estudos sou eu. Porque houve uma alteração de decisão e, normalmente, essa alteração de decisão é que é baseada em estudos. Quando houve a primeira decisão de certeza que foi tomada em estudos e pareceres, não sei.

**Presidente da Câmara Municipal** - Muito bem, só para dizer ao Senhor Deputado, Armando Ramalho que não houve nenhuma reversão de decisão Senhor Deputado, a decisão concretizou-se com uma deliberação do Executivo Municipal e com assinatura de um protocolo. Repito, a decisão formalizou-se com uma deliberação do Executivo Municipal e com a assinatura de um protocolo, a até lá houve várias possibilidades, é verdade, a Escola Agrária foi uma possibilidade, mas foram equacionadas outras, que se nos afiguraram mais adequadas para Castelo Branco.

**Ponto 2 – Discussão e votação das propostas de “Generg Hibridização, S.A. Desenvolvimento e Construção da Central Fotovoltaica do Ingarnal Hibridização do Parque Eólico da Gardunha. Declaração de Interesse Publico”. (Proposta nº. 47/2023)**

**Presidente de Câmara** - Senhor Presidente da Assembleia, não vou fazer nenhuma intervenção, deixamos á discussão, é uma questão técnica essencialmente se houver depois algum pedido de esclarecimento, o Senhor Diretor de Departamento, o senhor Engenheiro Resende, esclarecerá as questões que houver a esclarecer.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - Cumprimentos aos demais, eu vou ter aqui, tenho lido, e espero ser incluída, fornecerei ao senhor Presidente da Camara sobre esta proposta que vem aqui neste ponto, assim com também vos junto logo a proposta o ponto 6 que é a proposta nº 50. Senhor Presidente da Camara Municipal, somos a favor das energias renováveis e limpas e da sua utilidade, sendo uma aposta para a produção de energia elétrica, sobretudo para o sector



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

residencial, industrial e serviços, mas alertamos que há alternativas às grandes centrais fotovoltaicas. Pois tem menos impacto sobre o meio ambiente e sobre a Compreendo também que esta iniciativa municipal para o desenvolvimento do território esteja presente, esteja assente nas energias renováveis, contudo apesar de ser um processo de implantação pouco controverso, tenho as minhas dúvidas como cidadão se tem um impacto importante ao nível identitário e se atinge muitas das expetativas dos habitantes proprietários, a nível económico e nem sei os benefícios que traz para o próprio município.

É verdade que as energias renováveis te ocupado ultimamente um espaço carecente de discussão política no desenvolvimento económico e na paisagem e Portugal e noutros países europeus, como Espanha e Alemanha por exemplo, tem feito algumas outras modificações intervenções nesse sentido.

Enquanto os parques eólicos tem sido alvo de bastante atenção e controvérsia pública e científica. Já as centrais solares, são objeto pouco estudado ainda que possam vir a dar um contributo muito relevante para a transição energética e de futuro baixo carbono.

Parece que a geração da energia renovável iminentemente uma questão técnica e económica.

Mas, logo deixa de ter uma dimensão social que é crucial para o desenvolvimento de projetos neste domínio, no território onde são implementados.

Os impactos positivos e negativos das centrais solares, nas comunidades onde são instaladas, não podem deixar de ter influências obre a expansão da energia solar. Gostaríamos de saber a análise nos locais em torno destas infraestruturas energéticas, das dinâmicas sociais que dão origem destas centrais, nas bases sobre os discursos sobre a paisagem e a identidade local e o impacto socioeconómico.

Estes equipamentos de energias renováveis são muitas vezes colocados em zonas rurais com poucas perspetivas de desenvolvimento, havendo estudos que identificam as perceções sobre os benefícios locais como um fator de aceitação local das tecnologias de energias renováveis. Ora os benefícios assumem a forma de ganhos comunitários atribuídos pelos promotores, ou mesmo de participação direta dos membros da população nos rendimentos dos equipamentos, por exemplo no caso em que estão instalados por iniciativa de proprietários rurais, cooperativas ou poder local.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Além disso é especial pertinente analisar a implementação de energias renováveis em função das transformações socioeconómicas que temos passado aqui na zona do interior e nas zonas rurais nas últimas décadas.

Nós sabemos, isto é uma questão também de sensibilidade de uma sociologia rural portuguesa estes espaços devem muitas vezes ter alternativas e não serem implementação destas centrais fotovoltaicas.

A Lei Europeia do Clima, que em junho de 2021 realmente deu a pretender a redução de 55% das emissões até 2030 e neutralidade climática até 2050. Aquilo que chamou pacote de objetivo 50/55 para atingir essas metas e do qual o governo muito bem intenta cumprir 40% das cotas impostas por essa neutralidade carbónica até 2030.

Mas penso que essas centrais que tem umas instaladas a partir de 50 megawatts, em que tem um regime especial e geral, mas aquelas que a partir de 20 megawatts tem essencialmente os impactos ambientais outra caracterização ou então é logo licenciada pela Direção Geral de Energia e Zoologia.

Ora haverá que evitar as centrais fotovoltaicas fora dos espaços florestais e áreas sensíveis paisagísticas ao valor patrimonial natural.

Que novas centrais para produzir eletricidade a partir da energia solar tem tido impacto na paisagem na natureza.

Volto a repetir, não somos contra as energias renováveis, temos é que prever de uma forma perspetiva as possíveis consequências que podem advir daí, que numa região que já por si é desertificada, é despovoada e tem outros problemas inerentes.

E por isso os pedidos que vem a esta assembleia, de centrais numa zona com solos profundos, muito por vezes produtivos, ou não produtivos. Aquilo que realmente esperamos é que tenhamos mais dados sobre aquilo que pode ser a conservação da natureza e das florestas em relação a esses projetos e sobretudo do envolvimento do Ministério do Ambiente e da Ação Climática esteja atento a eles.

Por conseguinte, volto a repetir, não somos contra as energias renováveis, não concordamos é com a forma desregulada de conceder interesse público sem estabelecer limites ou critérios máximos no município e até na freguesia, porque num futuro próximo vão surgir aqui a esta assembleia mais projetos de interesse público. Continuamos a conceder sem regras e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

por isso mesmo também o próprio PDM, que remete para as indústrias e que não tem tido alteração desde 1994, também não prevê esta situação nova que realmente tem nesse sentido. Somos a favor da paisagem, mas com regulamentação, pois os argumentos à volta da preservação estética da paisagem natural ou rural do nosso território tem bastante peso na discussão dessas instalações e infraestruturas de energias renováveis a nível teórico, mas também o movimento de defesa da natureza tem tido argumentos que pesam e devem pesar nessa relevância dessas propostas. Por isso mesmo, chamo, mas que benefício aí ter município para estas centrais. As populações locais e os cidadãos sentem se excluídos da tomada de decisão e expressam-se descontentamento nalguns casos com este impacto visual das centrais. Contudo o impacto paisagístico não parece ter em algum momento um fator de mobilização de cidadãos, pois estes associam sempre perceções positivas pelas centrais que são colocadas no seu território ou na sua freguesia, como um recurso de paisagem, pode ser explorado como fator de atração do turismo tecnológico que agora vivemos.

Poderá ser que os projetos contribuem para criar uma ligação simbólica entre as localidades e o desenvolvimento tecnológico municipal, mas em geral os laços afetivos locais confinam-se principalmente mais aos elementos do património edificado e natural que por vezes esquecemos o valor que tem em projetos de desenvolvimento futuro a paisagem e o que é natural. Eirante esta situação iremos abstermo-nos nestas propostas porque está bem que esta assembleia estabeleça critérios e limites para que assim se possa regulamentar futuras propostas de interesse público.

**Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM)** - Relativamente aquilo que acabou de ser dito e com o qual concordamos, pensamos que é muito importante que existe aquilo que o território pretende embora estejamos todos de acordo que efetivamente é um desígnio a produção de energia mais limpa, tudo isto de forma muito melhor, não podemos estar mais de acordo com o que aqui foi dito. E aquilo que é a questão que me pareceu faltar aqui, tem a ver com as informações que são feitos pelos técnicos competentes da própria camara que são um pouco dispares relativamente, não nos interessa a forma, interessa-nos o conteúdo e nós temos efetivamente duas propostas aqui, hoje para analisar, e que por exemplo uma delas é nos Dio desde logo que vão ser utilizados para este efeito 250 Hectares para a instalação de 233.720 painéis enquanto que a outra nem nos diz sequer qual é a área. Diz nos só que é para 46998





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

painéis. É importante quando se pede uma decisão, é quase uma carta em branco. Porque a maior parte dos pareceres, como vemos aqui é se, se, se...

É importante que a gente também saiba e como foi aqui dito, aquilo que é o território também tem um valor intangível que é para todos nós muito importante e que temos esse dever de o proteger.

E, portanto, existir um plano, chamemos-lhe assim, não sei como é que se pode chamar, mas em que seja definido até onde é que o município, ou todos nós munícipes enquanto represente dos munícipes quer ir, ou pretende ir. E depois até haver a abertura de concursos para determinadas áreas, isso não sou especialista, mas alguém poderá pensar de uma aforma mais objetiva, que permita a todos aqueles que estejam interessados e não de forma avulsa vir aqui para o local A, ou para o local B, concorrer. Parece-nos que era uma forma muito mais transparente com critérios e no fundo também trazer alguma coisa para o nosso território, porque a gente quando olha para isto tudo isto é tudo muito ... volto a dizer, estamos totalmente de acordo e trata-se de um aspeto que é um desígnio nacional e que todos nós temos de nos preocupar até pelas questões das alterações climáticas.

Mas, o que é que região ganha com isto tudo?

Traz emprego? Só àqueles que vem cá instalar durante um curto espaço de tempo.

Traz alguma coisa, anão ser a inutilização de solos. Solos esses que até podiam ter outro tipo de aproveitamento, nomeadamente para produtos de natureza endógena e sobre a qual nós nos queremos distinguir.

**Luís Alfredo Cardoso Resende (Diretor do Departamento do Ambiente, Obras e Sustentabilidade)** – Isto é claramente uma questão política, ou eminentemente política, em que a da parte técnica, nós temos de verificar é se cumpre a legislação em vigor e se são acautelados, tudo aquilo que administração central nos seus regulamentos impõe. A minha chamada de atenção e peço desculpa Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>, é que realmente a área está, é evidente que são informações feitas por técnicos diferentes que não vou obrigar que os técnicos escrevam todos da mesma forma, nem vou alterar conteúdos de carácter técnico, respeito o que eles fazem.

Só que uma diz, que são 250 hectares de terreno que vai ser intervindo e são 104 aqueles que vão ser ocupados por painéis, ou seja 25 % que é uma área florestal a sudoeste dos aterros sanitários.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portanto, é uma área que de cujo aproveitamento florestal, vai ser o corte de eucaliptos certamente, mas isso não sou especialista na matéria, nem me vou pronunciar sobre isso.

Porque acho que isso aí são opções, se queremos energia mais limpa, se não queremos, se queremos as do carbono, se não queremos, isso são decisões claramente políticas e os políticos é que fazem estas regras é que fazem estas leis e que permitem inclusivamente a implementação destes projetos.

Isso são facilitadores nalguns casos que eles venham a ser implementados até de forma mais fácil, menos controle, etc... porque a nossa dependência económica é fortemente abalada por essa situação de não ser indústrias, ou seja a produção de energia não ser com recursos naturais locais-mas volto a dizer é uma questão política.

Relativamente á outra só diz corresponder a uma área de 114314 m<sup>2</sup>, são 11.4 hectares, portanto estamos a ver são 10 campos de futebol os impactos são evidentes.

Do ponto visto técnico, eu só posso dizer, a área está, só que a informação não é igual não está no mesmo sítio. Mas está 114319 m<sup>2</sup>, a outra diz ocupação de 104,023 hectares, eu não vou alterar informações nem altero a forma como cada técnico faz, respeito são técnicos como eu, às vezes até sabem mais disto que eu.

**Presidente da Câmara** - De facto, há aqui um conjunto de interrogações e questões que são importantes, o Senhor Engenheiro Resende a quem agradeço, deu aqui as explicações técnicas relativamente à área, agora temos as questões mais políticas e de desenvolvimento de território e também de um esforço deste território daquilo que é um desígnio nacional, que é a produção de energia.

Eu recordo que a Câmara Municipal no ano 2022, pagou seis milhões de euros em combustíveis, no ano anterior tinha pago 2 milhões, portanto, tivemos aqui um aumento exponencial dos recursos afetos ao pagamento de energia. E sabemos todos que hoje é impossível viver sem ela, é impossível não termos um frigorífico, iluminação pública que há pouco foi aqui referenciada. É impossível não termos uma cidade onde a energia esteja, e um território que nos ajude naquilo que é também, por exemplo, a climatização que tanto mal acaba por fazer ao ambiente e às condições do mesmo.

Também não podemos ver apenas aqui só questões negativas, vivemos numa área e no que diz respeito á ocupação do solo com os painéis solares, de facto em algumas situações é um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

pouco estranho ver tantos painéis, mas ainda assim, à outras questões que também podem ser equacionadas aqui, lembro-me por exemplo da necessidade da descontinuidade florestal que a instalação de painéis fotovoltaicos acabam também por contribuir e fazer aqui quase barreira natural, relativamente, a isso, sendo que aqui as questões mais importantes não são essas. Naturalmente as questões mais importantes, são de produção de energia, da disponibilidade dessa mesma energia e de ser aparentemente limpa e uma energia ambientalmente mais adequada que são hoje, os objetivos de desenvolvimento sustentável.

### **Votação:**

#### **Aprovado, por maioria:**

##### **- 37 votos a favor:**

- . 18 GM do PS
- . 13 GM do S-MI
- . 4 GM do PSD/CDS/PPM
- . 2 do GM do CHEGA

##### **- 3 Abstenções:**

- . 1 do GM do MPT
- . 1 do Presidente da Junta de Freguesia do Lourical do Campo
- . 1 da Presidente da União de Freguesia de Freixial do Campo e Juncal do Campo

**Ponto 3 - Discussão e votação das propostas de "Contrato Interadministrativo. Junta de Freguesia de S. Vicente da Beira. Construção de bunker para instalação do ATM em S. Vicente da Beira". (Proposta nº. 48/2023)**

- Aprovado, por unanimidade.

**Ponto 4 – Discussão e votação da proposta “Aquisição Onerosa de Imóveis. Artigo Urbano 884. Aprovação de Alteração da Minuta de Contrato de Compra e Venda”. (Proposta nº. 49/2023)**

**Ana Cristina Lourenço (S-MI)** - A minha questão é apenas um pedido de esclarecimento, porque estive a ler a minuta e fiquei com ideia que tinha sido alterada numa 1ª. instância, porque



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

constava uma empresa e não os proprietários e também porque apenas o artigo que carecia de ser submetido a visto é que tinha de estar nessa minuta.

Depois de ter sido enviado a Tribunal de Contas, voltou para voltar a ser analisado sendo que teriam de acrescentar um dos proprietários por ser casado por comunhão de bens adquiridos e também por outras questões que, entretanto, tiveram que ser colocadas, isso fez com que duas alíneas, alínea a) e alínea b), que dizia respeito a dois proprietários. Passamos a ter três alíneas, sendo que a alínea a) será um proprietário, b) o cônjuge e o c) seria o outro proprietário, e é que reside a minha dúvida. Na redação da minuta diz que, o registo de aquisição de 1/3 dos intervenientes identificados na alínea a) e de 2/3 nos elementos identificados na alínea b), deixando a alínea c) de fora.

A alínea a) é um proprietário, alínea b) é o cônjuge, a alínea c) seria o outro proprietário. Então a minha dúvida é seguinte: será que foi acrescentado uma nova alínea e que não foi alterado a letra do proprietário dos 2/3, porque depois mais à frente aparece números sequenciais de compromissos, referente ao outorgante a) e b), que é o proprietário e esposa e outorgante c) que é o 2º proprietário, isto é apenas uma questão de pedido de esclarecimento, relativamente à minuta.

**Roberto Nabais (Diretor do Departamento de Administração Geral)** – Efetivamente, constata-se aqui a falta da alínea c), mas será corrigida e será enviado ao Tribunal de Contas. Houve essa alteração dos proprietários e alínea c) não está aqui, efetivamente, existe essa falha.

**Presidente da Câmara Municipal** - Aquilo que sugiro é que seja questionada a Assembleia Municipal, se aceitam que esta inclusão seja feita pelo Senhor Diretor de Departamento e que se possa considerar aprovada a minuta de contrato que depois será fornecida aos membros da Assembleia Municipal.

**Votação:**

- Aprovado, por unanimidade.

**Ponto 5 - Discussão e votação da proposta “Projeto de Regulamento da Atividade da Proteção Civil Municipal de Castelo Branco. Justificação de Dispensa de Submissão a Consulta Pública e Aprovação do Projeto de Regulamento”.**  
**(Proposta nº. 50/2023)**

**Votação:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Aprovado, por unanimidade.

**Ponto 6 - Discussão e votação da proposta “Central Solar Fotovoltaica do Revelho. Efokus Energy Services, L.da. Declaração de Interesse Público”. (Proposta nº. 51/2023)**

### **Votação:**

- **Aprovado, por maioria:**

- **35 votos a favor:**

- . 18 GM do PS
- . 13 GM do S-MI
- . 2 GM do PSD/CDS/PPM
- . 2 do GM do CHEGA

- **5 Abstenções:**

- . 1 GM do MPT
- . 2 GM do PSD/CDS/PPM
- . 1 Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal do Campo
- . 1 Presidente da União de Freguesia de Freixial do Campo e Juncal do Campo.

**Ponto 7 - Discussão e votação da proposta “Contas Consolidadas do Grupo Municipal do Ano de 2022”. (Proposta nº. 52/2023)**

**João Ribeiro (CHEGA)** - Relativamente a este ponto, queria salientar a minha intervenção, já vão em 2 anos, já vamos em 6,5 milhões de prejuízo, mas a minha observação de entre muitas que podia trazer aqui, prende-se principalmente com o valor que a Câmara tem em depósitos.

Reparamos que de 2021 para 2022, quase que houve uma inversão do que havia a prazo, que passou de à ordem para a prazo.

Agora se fizermos um cálculo simples, e passo a expressão quase como merceeiro, a Câmara tinha 27 milhões a prazo em 2021. Se fizermos o cálculo do que recebeu em juros, são cento e cinquenta e um mil euros, isto daria uma rentabilidade de 0,5%. Mas se fizermos a conta, relativamente, ao valor que tinha no final de 2022, eram noventa e dois milhões dava 0,1 %, aqui a minha questão é, a Câmara tem este dinheiro todo em depósitos a prazo a render 0,5 %. Eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

acho que valia a pena disponibilizar este valor, aos empresários e pequenos empresários da terra que não se conseguem financiar a menos de 3% e 4%.

Quem tem noventa e dois milhões a prazo, ter uma rentabilidade a 0,5 % é ridículo.

Agora será que á aqui alguma coisa que eu não estou a ver bem?

**Presidente da Câmara** - Senhor Deputado João Ribeiro, a Câmara Municipal já está a colocar muito dinheiro do Município ao serviço dos empresários. Recordo-lhe aquilo que são inúmeras as obras lançadas na cidade, no Município, aquilo que são as atividades que vamos promovendo nas freguesias, os empregos que geramos e são bastantes e as diferentes áreas de intervenção económica em que a Câmara Municipal tem a sua ação. Não me parece que possamos ser um banco que faça empréstimos aos empresários, penso que não estará nas competências, nem nas condições de uma Câmara Municipal.

Naturalmente que os juros e a remuneração dos depósitos, são feitos de acordo com aquilo que são as ofertas do mercado. E houve uma altura, como o Senhor sabe, em que o mercado quase que não queria o dinheiro depositado nos mesmos. Aliás, tivemos aqui situações em que foi muito difícil conseguir alguns juros relativamente aos depósitos que se iam renovando. Neste momento as coisas estão a inverter-se e a situação é diferente, mas como sabe, e o Senhor é um economista e também não lhe fica bem, fazer algumas apreciações não fundamentadas, mas no que diz respeito aquilo que são os depósitos, vamos de agindo de acordo com aquilo que é o mercado.

### **Votação:**

#### **- Aprovado, por maioria**

#### **- 18 votos a favor:**

. 18 GM do PS

#### **- 20 abstenções:**

. 15 GM do SMI

. 4 GM do PSD/CDS/PPM

. 1GM do MPT

#### **- 2 votos contra:**

. 2 GM do CHEGA



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **Ponto 8 - Discussão e votação da proposta “2.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2023”. (Proposta nº. 53/2023)**

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - Eu, estive a analisar esta alteração orçamental, mas fiquei aqui com algumas dúvidas. Não leve a mal aquilo que lhe vou dizer Senhor Presidente, nós na pedagogia, um colega meu italiano diz que há uma pedagogia de caracol que é aquela pedagogia lenta, mas consolidada. O que quer dizer que se isso vai da aprendizagem, também digo que pode ir lento e sabe que eu tenho sido muito acutilante, porque já passamos muito tempo e é isso penso que traduz aquilo que é a sensibilidade dos cidadãos Albicastrenses que queremos mais e por isso muitas vezes entusiasmo-me e, realmente, faço com que se ganhe o terreno perdido. Mas, tirando este paralelismo e esta analogia também vi que no orçamento de despesas estava cá o projeto de recuperação e requalificação em linhas de águas de interface urbana rural e da importância que tem e tive a ocasião na altura de falar sobre isso, mas foi anulado, para depois inscrever-se. A minha pergunta é muito simples. Houve aqui alguma alteração, se foi só económica, ou se é também algo que acrescentou e faz-nos aqui pensar daquilo que realmente na altura nesta discussão dissemos e já sei que o Senhor Presidente à boa vontade de discutirmos tudo isto que seja os recursos hídricos, a falta de uma carta de água municipal e todas essas medidas. Queria só saber isso, se nesta alteração que apresenta devido a essa anulação e depois novamente inscrição é só por questões económicas e o investimento disso e permita que lhe diga, uma vez que já houve nos pontos anteriores, quando apresentou a atividade do município, não podemos e sei que é um desafio seu e do Município, mas que o leva como também pessoal, a questão da barragem do Barbaído. Portanto, não podemos perder o norte deste período municipal de defender aquilo que nós temos bem, que é a nossa água e sabermos aquilo que podemos contar para o desenvolvimento. E, portanto, queria saber se efetivamente á alguma alteração um pouco mais pormenorizada ou técnica, foi incluída ou é só económica.

**Roberto Nabais (Diretor do Departamento de Administração Geral)** - A questão que se passou foi simplesmente de classificação económica, esta despesa estava prevista como despesa de capital numa classificação 07 e foi entendimento dos serviços, quando isto chegou à parte financeira, que a despesa que está inerente a este projeto é a despesa corrente e como tal, teve de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ser inscrita numa 02 que é a despesa corrente. Portanto, foi só uma questão económica e nada mais, o projeto mantém-se exatamente igual.

**Presidente da Câmara Municipal** - Já agora, Senhor Presidente da Assembleia, dizer também que esta despesa resulta de uma Candidatura do Município.

### **Votação:**

- **Aprovado, por maioria.**

- **19 votos a favor:**

. 18 GM do PS

. 1 GM do MPT

- **19 Abstenções:**

. 15 GM do S-MI

. 4 GM do PSD/CDS/PPM

- **2 votos contra:**

. 2 GM do CHEGA

**Ponto 9 - Discussão e votação da proposta “União e Juntas de Freguesia. Transferência de Recursos Financeiros (Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril de 2023”.**  
**(Proposta n.º 54/2023)**

**Presidente da Câmara Municipal** - A proposta que apresentamos, é uma proposta baseada num aumento de 20% relativamente ao que foi o contrato celebrado em 2019 se não estou em erro. Tivemos em atenção o índice de preços ao consumidor que estaria por volta dos 6% depois somamos até aos 20%.

Houve aqui algumas situações que tivemos que equacionar, nomeadamente, algumas freguesias, que durante o período de tempo que vem desde a aprovação do último contrato, da última proposta até ao presente que perderam muitos eleitores.

Lembro-me, por exemplo, da questão da Freguesia de Tinalhas, mais duas ou três freguesias que ficariam fora do escalão anterior.

Fizemos a atualização desse escalão, do escalão mais baixo, porque se assim não fizéssemos e aplicando ainda assim os 20%, estas freguesias teriam um aumento negativo e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

portanto, fizemos essa atualização de modo que todas as Freguesias e União de Freguesia tivessem um aumento positivo no que respeito a esta nova proposta de contrato.

**José Carlos Dé (Presidente da Junta de Freguesia de Tinalhas)** - No que a este ponto diz respeito, o Sempre vai votar favoravelmente, mas não podíamos deixar passar a oportunidade de esclarecer os Albicastrenses, sobre a fórmula utilizada por este Executivo para chegar aos valores dos recursos financeiros a atribuir às Uniões e Juntas de Freguesias, no âmbito, das transferências de competências.

Das 19 freguesias, todas com aumentos em relação à anterior proposta, temos:

Alcains com 9,7 % - 12.500 €,

Almaceda, 34 % - 7.000 €,

Benquerenças 37,1 % - 6.500 €,

Castelo Branco (Lentiscais e Taberna Seca), 53% com – 12.400 €,

União de Freguesias Cebolais de Cima e Retaxo 20,7 % - 6.665 €,

União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata 20% - 6.175 €,

União de Freguesias Lousa e Escalos de Cima 20% - 6.175 €

União de Freguesias Juncal do Campo e Freixial 6,6 % - 1.950€

Lardosa 20% - 4.500 €

Louriçal do Campo 20 % - 3.375 €

Malpica do Tejo 86,8 % - 13.250€

Monforte da Beira 86,8 % - 13.250 €

União de Freguesias de Ninho do Açor Sobral do Campo 6,6 % - 1950 €

União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede 20 % - 5850 €

Salgueiro do Campo 6,2 % - 1.375 €

Santo André das Tojeiras 34 % - 7.250 €

São Vicente da Beira 20 % - 5.500 €

Sarzedas 20% - 6.000 €

Tinalhas 20 % - 3.250€

Por isto, a pergunta que lhe coloco Senhor Presidente, é que explique aos albicastrenses em geral e em particular aos habitantes das Uniões de Freguesia de Ninho do Açor e Sobral do Campo, de Freixial e Juncal do Campo e à Freguesia de Salgueiro do Campo, o porquê das suas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

freguesias terem um aumento de cerca 6 % em detrimento de outras que tem um aumento de 86 %.

Neste mapa de recursos financeiros, podemos ainda verificar que 11 freguesias o PS tem um aumento 327,5%, o que dá 29.7 por freguesia. A sede de freguesias do Sempre tem um aumento de 127.20% o que dá 18,1 por freguesia e a única freguesia do PSD tem um aumento de 86.8 %, esta é apenas uma análise minha, que tenho a certeza de que os albicastrenses depois de devidamente informados pela comunicação social, saberão tirar as devidas elações do porquê destas discrepâncias.

Continuando ainda esta análise, verificamos que na soma geral, ou seja, eleitores, área e majoração, os eleitores das freguesias tem custos diferenciados.

Senão vejamos o custo de cada eleitor por freguesias:

Alcains - 33€

Almaceda - 50€

Benquerenças - 41€

Cebolais de Cima e Retaxo - 24€

Castelo Branco - 142 €

Escalos de Baixo e Mata - 36€

Escalos de Cima e Lousa - 28€

Freixial do Campo e Juncal do Campo - 47€

Lardosa - 33€

Louriçal do Campo - 41€

Malpica do Tejo - 74€

Monforte da Beira - 95€

Ninho do Açor e Sobral do Campo - 46€

Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede - 43€

Salgueiro do Campo - 36€

Santo André das Tojeiras - 47€

São Vicente da Beira - 31€

Sarzedas - 35€

Tinalhas - 40 €



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Assim Senhor Presidente, agradecia que esclarecesse os albicastrenses, em particular, e os eleitores em todas as freguesias, cujo eleitores tem valores abaixo dos 50€?

O porquê de haver discrepâncias de valores em quatro das freguesias, em detrimento das outras dezasseis?

Quero ainda se o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia me permitir, deixar uma questão ao líder da bancada municipal do PS e ao Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com a Recomendação do Grupo Municipal do PS, na Assembleia que decorreu no mês de fevereiro de 2023 e aprovada, por unanimidade, mas que até hoje não surtiu qualquer efeito.

Não vou ler aqui a referida Recomendação, apenas um parágrafo que diz: “assim na sequência do trabalho que tem vindo a ser realizado, o Grupo Municipal do PS, apresenta esta Recomendação exortando o Executivo Municipal a renovar essa proposta concedendo de novo um apoio extraordinário às freguesias”.

Termino Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, dizendo que não acho que esta proposta de transferência de competências e os respetivos recursos financeiros seja justa e equilibrada. Nela podemos verificar, que os eleitores das freguesias não são todos tratados da mesma forma e que na hora de transferir recursos financeiros, os mesmos tem valores entre os 24 € e os 142 € e mais uma vez, ficou de fora os serviços praticados por cada freguesia, tendo o Executivo apenas contemplado como critério o número de eleitores, a área de cada freguesia, atribuindo ainda uma majoração às Uniões de Freguesias e à Freguesia de Castelo Branco, a Lentiscais e Taberna Seca, diz respeito, deixando de fora dessa majoração as restantes 12 freguesias, mas ainda assim, aqui estaremos para salvaguardando do serviço público e tudo continuaremos a fazer para responder do modo mais eficaz possível, aos desafios do dia a dia, afinal é esse o nosso compromisso.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - Quando houve esta proposta, apoiamos. Fica-me aqui a dúvida, de que é assim, quando uma freguesia pela sua dinâmica e dinamismo, sobretudo nas questões do ambiente, desenvolvimento, empresas familiares e, sobretudo, na acuidade da paisagem, se não podia haver um critério, que esta assembleia pudesse incrementar e não aqueles critérios impostos, que como foi aqui dito que é problemático que é a questão dos eleitores e da área. Da área não há nada a dizer, a não ser alguma confirmação, ou alguma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

eliminação, mas em relação aos eleitores é que potencializem a vinda de mais eleitores para que assim possam beneficiar.

Mas fica-me aqui a ideia é que um bónus extra de reforço e dessas competências, quando as competências em relação ao ambiente já que falamos aqui tanto, as questões da paisagem e do desenvolvimento e apoio de empresas familiares, possam radicar, possam fazer com que o desenvolvimento dessas freguesias seja reforçado.

Portanto, somos a favor dessas transferências, mas queremos ire se com o tempo, à boa maneira europeia se penalize mantendo as empresas atuais, mas que se valorize quem vai mais além delas.

**Joaquim Manuel Faustino (PS)** - Duas regras, a 1ª, não posso comparar percentagens de universo diferente, outra regra, não posso numa equação por e simplesmente, perder coisas, por causa de equivalências e a regras e a etc... E ficou demonstrado, no que disse, aquilo que disse contem várias falácias, porque referi sempre ao nº de eleitores e eleitores e mais eleitores.

Quando depois, acabou por reconhecer que havia pelo menos duas variáveis, ou seja nº de eleitores e área.

**José Carlos Dé (Presidente da Junta de Freguesia de Tinalhas)** – Senhor Deputado não sei se analisou o Mapa de Recursos Humanos, porque se analisou, se fizer as contas por números de eleitores, dá a mesma situação que o número de eleitores e a área, dá discrepâncias enormes no valor de cada eleitor.

**Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)** - Em relação a este ponto, queremos transmitir que o PSD sempre foi a favor e continuará a ser a favor de transferência de competências para as freguesias com os devidos recursos económicos e que devem ser potenciados porque as juntas de freguesia pela sua proximidade conseguem fazer uma boa gestão destes valores.

Nesta proposta como sabem também há um contributo que aqui foi apresentado pelo PSD, portanto, revemo-nos nesta proposta.

No entanto, já tem sido defendido ao longo dos tempos, em outros mandatos que o PSD, gostava de ir mais longe, que estes valores não fossem só por estes critérios que dão origem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

depois a estas análises diversas. Mas uma vez que se está a aproximar a nova fase orçamental, porque depois das férias, terá que se começar a trabalhar no novo orçamento de 2024. O desafio que lançamos, é porque é que as freguesias não trabalham juntamente com a autarquia em planos a médio e longo prazo, em que se veja concretamente quais é que são as dotações necessárias para os projetos e depois evitar grande parte dos contratos interadministrativos que muitas vezes são feitos de acordo com as circunstâncias e com quem está nos vários locais.

Colocamos o desafio numa fase orçamental trabalhar-se mais uma visão a médio a longo prazo, em que as freguesias já possam saber o que podem contar para os próximos anos numa forma consistente e trabalharem a médio e longo prazo.

**João Ribeiro (CHEGA)** - Já fiz aqui questão, somos claramente a favor da delegação de competências. Desde que essa delegação de competências seja seguida do respetivo recurso financeiro.

Constatamos aqui a intervenção do Senhor Presidente de uma Junta de Freguesia, a minha preocupação principal é se estes recursos financeiros não tanto, quanto é que vale cada eleitor, ou quanto é que vale cada território, não vamos entrar por esse caminho, respeitamos a análise. É mais, se esses recursos financeiros que as juntas de freguesias, cada uma delas vai receber, são suficientes para fazer face á despesa que vão ter com essa delegação de competências.

E ainda mais, que não percebi do documento, se esta decisão, ou estes valores, são tomados de forma unilateral por parte do Executivo da Câmara, ou se há uma harmonia entre a Câmara e as várias Juntas de Freguesia, no sentido de chegar a estes valores.

**Presidente da Câmara Municipal** - Aquilo que aqui estamos a aprovar, visa ter efeitos no orçamento de e no exercício económico de 2024. A Câmara Municipal deve comunicar à DGAL, qual é o valor a transferir para as freguesias, de modo, a que quando for preparado o orçamento geral de estado, seja imediatamente identificado qual é o valor a transferir para cada uma das freguesias. Em termo de enquadramento e de explicação.

Por ordem de intervenção, constato já de há bastante tempo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tinalhas, anda maldispuesto, anda zangado e, sobretudo, mostra-se muito zangado com a Câmara Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não se mostrou assim tão zangado quando aqui assinamos um protocolo para a realização de uma obra na Rainha Santa e também não se mostrou assim tão zangado, quando a Câmara Municipal promoveu em Tinalhas a atividade, relativa à matança do porco, em que o próprio Senhor Presidente da Junta de Freguesia reconheceu o maior investimento de sempre naquela atividade.

Percebi que fez o trabalho de casa, também percebi qual é a sua fonte de inspiração, só acho estranho que a fonte onde se inspirou, não lhe tenha dito que os critérios que adotamos para apurar estas verbas foram exatamente os mesmos critérios que a sua fonte de inspiração definiu. Porque são exatamente os mesmos, só com uma variação de escalões que visam integrar de modo que todas as freguesias tenham um aumento do valor das transferências e não uma diminuição que resultaria se considerássemos aquilo que foi a diminuição de eleitores das eleições anteriores para estas eleições. E, portanto, a explicação está aqui.

Efetivamente houve alguns acertos, houve um acerto relativamente à Freguesia de Alcains, que já tive a oportunidade de falar com a Senhora Presidente da Junta. E de enquadrar também isto que estamos a fazer e enquadrar também esta transferência de competências, dentro daquilo que são os investimentos previstos para a freguesia de Alcains, e recorro um novo centro de saúde, uma nova creche, em desenvolvimento a rua Luís de Camões que está numa fase muito adiantada e mais duas ou três grandes intervenções em Alcains, como serão feitas naturalmente nas outras freguesias.

Mas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Freguesias e União de Freguesias, os critérios são os mesmos e tivemos como proposta para que não houvesse também aqui, outras interpretações, aplicar exatamente os mesmos critérios que foram aplicados anteriormente.

E, que na altura era Presidente de Freguesia, também fiz as contas e que também verifiquei que o protocolo anterior foi assinado, quanto é que valia um eleitor em cada uma das freguesias, não vi nessa altura, o Senhor Presidente de Freguesia de Tinalhas, manifestar o seu incómodo, ou o seu descontentamento, relativamente, a essa diferença de valores. É que não vi. Eu também não o reclamei, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco. Mas, não vi o descontentamento que hoje aqui é expresso, pelo facto, de termos aplicado os mesmos critérios relativamente a uma deliberação e uma votação anterior.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Depois não venham por favor, mais uma vez tentar confundir as pessoas, relativamente, aquilo que é a discriminação relativamente a outras. Eu não aceito isso, porque isso não é verdade. É eticamente reprovável esse tipo de afirmação.

Os Srs. Presidentes, de Juntas e Uniões de Freguesia, todos conversam comigo e não discriminarei em nenhuma circunstância, um Presidente de uma Freguesia, relativamente, à outra porque todas são freguesias do concelho de Castelo Branco, umas com mais habitantes e outras com menos habitante. Há projetos que é possível dar maior desenvolvimento e com maior brevidade e há outros que demoram mais tempo. Mas, não tentem confundir, não tentem trazer para aqui uma nuvem que não corresponde á verdade de que estamos a deixar para trás alguns em detrimento dos outros porque isso não corresponde á verdade, não é sério e não o devemos fazer.

Em relação aos outros Senhores Deputados, aceito aquilo que são os vossos comentários. Todos gostaríamos de ter mais dinheiro, mas a Câmara Municipal também. A Câmara Municipal viu diminuído o fundo de financiamento, também numa percentagem relativamente grande. Mas então, a vida é assim, nós não conseguimos encontrar os recursos que gostaríamos para todos. Quem me dera a possibilidade de aumentar em 500 % as transferências para cada uma das Juntas de Freguesia. Agora á uma coisa que e posso garantir, é que todas as freguesias e todos os habitantes dessas freguesias, podem contar com a Câmara Municipal.

E tenho a certeza, porque falo com as pessoas, sou do povo e estou com o povo e percebo também nas conversas que tenho com as pessoas, que elas sabem distinguir o que é a demagogia e o que é um trabalho sério feito para as pessoas.

### **Votação:**

- **Aprovado, por maioria**

- **38 votos a favor:**

. 18 GM do PS

. 15 GM do S-MI

. 4 GM do PSD/CDS/PPM

. 1 GM do MPT

- **2 votos abstenções:**

. 2 GM do CHEGA



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 10 - Discussão e votação da proposta “Constituição do Conselho Municipal de Educação (Artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro)”.**  
**(Proposta n.º 55/2023)**

**Presidente da Câmara Municipal** - O Conselho Municipal de Educação, está numa fase final da sua constituição. É um Conselho Municipal que deixou de funcionar em 2017 e no qual tivemos um envolvimento muito forte do Assessor da Cultura e da Educação, do Professor Doutor Fernando Raposo e também da Senhora Vereadora Patrícia Coelho e dos Serviços Educativos e dos Serviços da Câmara Municipal e também não nos podemos esquecer, também dos diferentes representantes, neste Conselho Municipal de Educação, nomeadamente os Agrupamentos de Escola, nas várias áreas de votação e também de representação, neste Conselho Municipal de Educação.

Tinha ficado por colmatar, ou por preencher um dos lugares, que era o lugar do Conselho Municipal da Juventude, porque quando foi enviada a convocatória e também no documento que enquadra este Conselho Municipal de Educação, ainda não tinha sido realizada a reunião do Conselho Municipal da Juventude, que veio a ser realizada mais tarde. E, portanto, o nome do representante do Conselho Municipal de Juventude no Conselho Municipal de Educação, foi acrescentado mais tarde e para isso peço a vossa compreensão.

### **Votação:**

#### **- 36 votos a favor:**

- . 18 GM do PS
- . 15 GM do S-MI
- . 2 GM do CHEGA
- . 1 GM do MPT

#### **- 4 abstenções:**

- . 4 GM do PSD/CDS/PPM

**Ponto 11 - Apresentação e discussão do Relatório da visita à Comissão Europeia – BELC.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Francisco Pombo Lopes (PS)** - Esta visita insere-se na participação de Castelo Branco enquanto município na rede Construir a Europa, rede essa que Castelo Branco aderiu e da qual sou membro, também representante.

Nesse quadro foi efetuada a promoção pela própria Comissão Europeia, tendo sido esta a promover esta visita informativa à sede da Comissão Europeia em Bruxelas, em que foram abordados diversos temas do interesse local. Eu friso, por exemplo, temas relacionados com o comité das regiões, temas relacionados com os fundos de coesão, temas relacionados com a digitalização e economia verde e a economia circular, com a educação, digitalização na educação e não só e novas estratégias de abordagem na educação. Temas relacionados com a preservação ambiental e com as cidades verdes e também com o património e a cultura de cada cidade e temas estes abordados por oradores extremamente experientes e oradores extremamente claros nas suas posições. Essas posições, aliás foram incluídas neste relatório que vos foi facultado, tem no anexo esse relatório as apresentações em Power Point, que nos foram transmitidas nas várias sessões durante a visita. E a título de destaque e como é um dos principais fundamentos do Belc, que será a comunicação junto das localidades de matérias de interesse europeu, porque muitas vezes fala-se da europa e a europa ainda é algo abstrato, infelizmente é desconhecido por grande parte por vezes dos cidadãos. E os cidadãos tem direito a essa informação e tem direito a participar mais ativamente nas políticas europeias.

E a construção desta rede, não foi mais que a criação de uma via de comunicação para os cidadãos, uma aproximação da europa da Comissão Europeia junto das localidades por esta europa fora, dos vários estados-membros que fazem parte da União Europeia.

Muitas vezes desconhecemos a importância da europa no nosso dia a dia, por vezes apenas atendemos às placas de financiamento europeu que estão nos vários edifícios que foram construídos graças aos fundos europeus e esquecemo-nos do papel da solidariedade europeia. E a título de exemplo e quero aqui destacar, foi graças á solidariedade europeia que a compra de vacinas a tempo do Covide foi possível, a um país como Portugal, num universo mundial, ter acesso à vacinação em massa, graças ao grupo que se criou através da união europeia para a compra internacional dessas vacinas. Este é um pequeno exemplo da solidariedade e importância da europa no nosso dia a dia. Muito mais teria a transmitir-vos, remeto para o relatório que vos foi facultado e haverá certamente continuidade a esta participação neste projeto. Quero apenas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

destacar que na visita, uma das sessões foi conduzida pelos dois responsáveis pelos fundos de coesão destinados a Portugal. E que foi amplamente explanado por ambos, todos os fundos europeus disponíveis, no âmbito do fundo de coesão para Portugal.

Foi também amplamente explanado o plano de resiliência, a título de exemplo, também na matéria de agricultura pela Dr.<sup>a</sup> Alexandra Catalão, toda a política europeia a nível de fundos disponíveis para os agricultores, entre muitas outras matérias que é do interesse de todos os cidadãos, seja na qualidade em que for, terem acesso a essa informação e poderem trabalhar essa informação, no âmbito, das suas atividades e no âmbito social e de cidadania.

Também um pequeno apontamento, que foi o seguinte: levei até Bruxelas, para a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão Europeia e para a Sr.<sup>a</sup> Presidente do Parlamento Europeu, para estas duas grandes instituições europeias, um livro do Bordado Castelo Branco, com uma nota do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Leopoldo Rodrigues. Essas notas já mereceram agradecimento das várias instituições e da parte da Presidente da Comissão Europeia, mereceu inclusive um a missiva de agradecimento dessa oferta de forma a melhor conhecer a nossa cultura e o nosso Bordado Castelo Branco.

E porquê o Bordado Castelo Branco? Porque também foi uma forma de contribuir para a internacionalização da nossa cultura e do nosso ativo cultural, que é o nosso Bordado de Castelo Branco.

### **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Luís Vicente Barroso** - A Câmara Municipal de Castelo Branco tem vindo a passar licenças especiais de ruído para atividades ruidosas temporais vulgarmente conhecidas por festas ou festivais musicais para zonas habitacionais, logo sensíveis da nossa cidade e para horários desadequados, entre as 20 horas e as 8 horas da manhã. A situação gera poluição sonora, muitas vezes inaceitável que infringe grosseiramente o Regulamento Geral de Ruído. Decreto-Lei nº 9/2007, de 7 de janeiro artigo 14º alínea a).

Atualmente há muitas pessoas a trabalhar por turnos, aos sábados e domingos, que devem ser respeitadas. Todos sabemos que os ruídos e as vibrações produzidas durante a noite são de uma intensidade fortíssima e as consequências das condições de descanso desta poluição sonora.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O direito ao repouso e ao descanso, sobretudo no período noturno entre as 23 h às 7 h da manhã é manifestamente um direito personificado e consagrado na Constituição da República Portuguesa artigos 25º, nº. 1 e 64º, do nº. 1

Por outro lado, deve existir bom senso e ponderação, quando da passagem da licença especial de ruído, sem nunca esquecerem que é uma excecionalidade que tem que ser devidamente justificado e fixadas as condições do exercício da atividade ruidosa.

Compete às autarquias locais no quadro das suas competências e atribuições, promoverem medidas de caráter administrativo e técnico adequadas à prevenção do controle da poluição sonora nos limites da lei, no respeito do interesse público e dos direitos dos cidadãos.

Nada pessoal tenho contra estas realizações, até assisto e participo em algumas dela, compreendo o seu contributo para a alegria, divertimento, para além das fortes emoções que provocam.

Já não entendo a falta de sensibilidade dos organizadores para o período mais tardio e sonoro que é da atuação dos DJ's, em que os graves são extremamente audíveis porque são puxados para níveis a rondar os 100 decibéis ou mais. Por tudo isto, apelo e reclamo à Câmara Municipal de Castelo Branco, porque já está programada a realização de uma festa e de um Festival em zonas habitacionais para que tome as medidas adequadas para o controle e diminuição dos incómodos causados pelo ruído quando emitir a respetiva licença.

Acrescento o valor do limite aconselhável e legal do ruído ambiente deve andar entre os 55 e os 60 decibéis. Também não compreendo passividade das autoridades policiais a quem compete a fiscalização do cumprimento das normas previstas no Regulamento Geral do Ruído, quando solicitadas a intervir por queixa, pois tem a autoridade para o fazerem e repor a tranquilidade, mas justificam que a culpa é do Município, pois passou recentemente uma licença até às 5 h da manhã, situação nunca vista, segundo as autoridades policiais.

O interesse particular é muitas vezes mal justificado e não se pode sobrepor ao interesse coletivo, do direito ao descanso, nem ao da qualidade de vida de todos nós. Certamente muitos dos que aqui estão presentes, nunca tiveram uma licença especial de ruído nas vossas mãos, é isto que estou a mostrar.

Numa análise á mesma, digo-vos que temos um documento globalmente surreal. Passo a explicar, refere que é emitida nos termos do art.º 15 do Regulamento Geral do Ruído, Decreto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, que tem, vejam só nove pontos, oito alíneas, todas estas situações diferentes e diferenciadas, na gíria diz-se meter tudo no mesmo saco, quando deviam referir-se concretamente a que pontos a que é sujeita a emissão da mesma.

Alerto ainda às organizações ruidosas para a evolução da situação de epitimologia do Covid 19 e às preocupações que os aglomerados de pessoas mencionadas na resolução do Conselho de Ministros nº 74AV/2020, de 9 junho, estamos em 2023 e não há restrições ao Covid desde o início de 2022, pelo que não faz sentido tudo isto.

Para terminar, por fim, termina de uma forma singela e inarrável, os níveis de ruído produzidos no ato do evento e nada mais de concreto acrescentam, desculpem ter que dizer isto. Estamos perante um documento que nos envergonha usado posteriormente e publicamente e tenho muitas dúvidas se serve para alguma coisa, pois do regime e controle da poluição sonora nada diz.

**Presidente da Câmara Municipal** - Só para aqui retificar alguma informação que adveio, em Câmara Municipal em nenhuma circunstância passou licenças até às 8h.

Efetivamente tivemos, já neste ano e nos últimos tempos, algumas licenças até às 5 h e também já conversamos com o Senhor Comandante da PSP, para tomarmos aqui uma articulação conjunta.

Há fortes investimentos das associações e dos promotores das atividades para realização das mesmas e houve, em duas ou três situações um pedido especial dessas mesmas organizações no sentido da Câmara Municipal permitir que a atividade se prolongasse um pouco mais, de modo que a mesma fosse sustentável economicamente. E só nessas circunstâncias é que foi permitido até às 5 h. Ainda recentemente, autorizamos a licença de ruído á associação da Carapalha, que vai ter este fim de semana as suas tradicionais festas e a licença foi passada até às 4 h, foi precisamente a recomendação que nos foi feita pelo Sr. Comandante da PSP.

Teremos também, e estou inteiramente disponível para discutir esse assunto, teremos que equacionar se estas atividades trazem algum valor à cidade, se trazem alguma dinamização aos bairros, se contribuem também para a dinamização economicamente dos mesmos, contrapondo naturalmente com o prejuízo dos cidadãos e do seu legítimo direito ao descanso.

É também uma reflexão que aqui deixo, de modo que cada um possa aqui contribuir com os seus comentários e, eventualmente, com as sugestões que queira apresentar a estes temas e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

estas propostas. Devo dizer também que este fim de semana, terá lugar o rally de Castelo Branco, sexta e sábado em que vamos ter um forte condicionamento na cidade devido à passagem dos carros e às condições necessárias para a realização da prova. Vamos ter também ruído provocado por esses carros, seja na cidade, seja nas freguesias rurais, onde os mesmos vão circular.

Há uma preocupação grande por parte dos serviços municipais de proteção civil, mas também da GNR e das outras forças da ordem, relativamente, a estes dois dias e à realização do rally por causa do nível ou do grau de perigosidade no que diz respeito aos incêndios.

Ainda ontem foi realizada uma reunião em que participou o Sr. Coordenador de Proteção Civil, mas também a GNR, a Escudaria de Castelo Branco e mais um conjunto de instituições, para tomar as medidas que acautelem ao máximo as situações de risco, acreditamos que essas medidas resolvem alguns problemas, mas ainda assim, não podia deixar de apelar a um contributo cívico de todos no que diz respeito a esta prova, porque ela encerra riscos e encerra também alguma perigosidade.

Ainda vos deixava um convite, hoje teremos o encerramento das atividades, no âmbito da Escola a Tempo Inteiro no pavilhão municipal, a partir das 16 ou 17 h, será com os meninos do ensino pré-escolar, depois de termos tido no domingo passado as marchas de São João, e nos dias anteriores uma atividade no que diz respeito ao PICE no Cine Teatro avenida.

### **CONCLUSÃO DA ATA**

**E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 14 horas e 10 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.**

**O Presidente da Assembleia Municipal,**

---





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**O 1.º Secretário,**

---